

CAPÍTULO I - TURISMO URBANO - ÊNFASE NOS VALORES PATRIMONIAIS, HISTÓRICOS E CULTURAIS DOS CENTROS HISTÓRICOS

“The age of mass tourism is the biggest single factor for change in great capitals of Europe - and in small historic cities too - in the last 30 years of this century” (Page, 1995: XV)

“Large cities are arguably the most important type of tourist destination across the world” (Law, 1994: 1)

“Cultural tourism is a problematic concept, however because it consists of two elements, “culture” and “tourism”, which are in themselves difficult to define” (Richards, 1996)

INTRODUÇÃO

O património cultural sempre foi, na Europa, um dos mais importantes geradores de turismo. Contudo, na actualidade, o rápido crescimento do turismo e do consumo cultural - conciliados no designado turismo cultural - quer em termos de oferta quer de procura, levou a que, no espaço urbano, tivesse uma dimensão até há bem poucos anos inexistente, reflexo das alterações compatíveis com a passagem de uma sociedade fordista para uma pós-fordista.

Constituindo-se fundamentalmente como segmento do turismo urbano, o turismo cultural tem inserção privilegiada no espaço urbano. A disseminação dos processos de turistificação da cidade e da cultura, num contexto societal pós-fordista, conduziu a que paralelamente se assistisse à evolução das abordagens de planeamento urbano e turístico, no sentido de entrarem em linha de consideração com um conjunto de preocupações tais como o respeito pela qualificação do espaço/património, qualificação *no modus vivendi* dos residentes, e na qualificação da oferta turística propriamente dita.

Os centros históricos de muitas cidades, enquanto lugares de património e de confluência de uma multiplicidade de dinâmicas em interacção, tendem a aliar-se a uma riqueza de recursos culturais tradutores de uma forte identidade construída ao longo da (sua) história. As funções que desempenham contribuem para que se constituam enquanto importantes elementos definidores da imagem e do reforço da identidade da cidade a que pertencem, pelo que têm vindo a captar um interesse crescente por parte dos turistas na sua procura por produtos heterogéneos e diferenciados.

No entanto, muitos destes centros históricos vivenciam, na actualidade, problemas de naturezas várias, aliados a situações de degradação a níveis que vão do físico, habitacional, social ao económico, entre outros, indutores de uma espiral de declínio.

O sector público, fundamentalmente a partir de meados dos anos 70, tem-se destacado na tentativa de inversão da situação de degradação em que muitos centros históricos

recaíram através de processos de revitalização, os quais se contextualizam na revitalização mais lata da(s) cidade(s).

O pressuposto é de que a revitalização/reabilitação destas áreas, uma vez que canaliza investimentos para o tecido físico, poderá contribuir para quebrar o ciclo vicioso em que se inscrevem (Tiesdell, Oc, Heath, 1998: 38). Estas acções no tecido físico, entre as quais se salientam as de conservação, pretendem atrair, indirectamente, investimento que possa “suportar” os negócios e as condições de vida dos residentes. Contudo, se as acções não são suportadas por impactos económicos mais tangíveis que possam reforçar uma imagem positiva, se os investimentos físicos iniciais não forem sustentados, essa reabilitação tenderá a ter vida curta. O desafio de conservação consiste em, por um lado, assegurar a essência/identidade destas áreas e, por outro, assegurar o seu papel na prossecução da inovação social, económica e cultural necessárias.

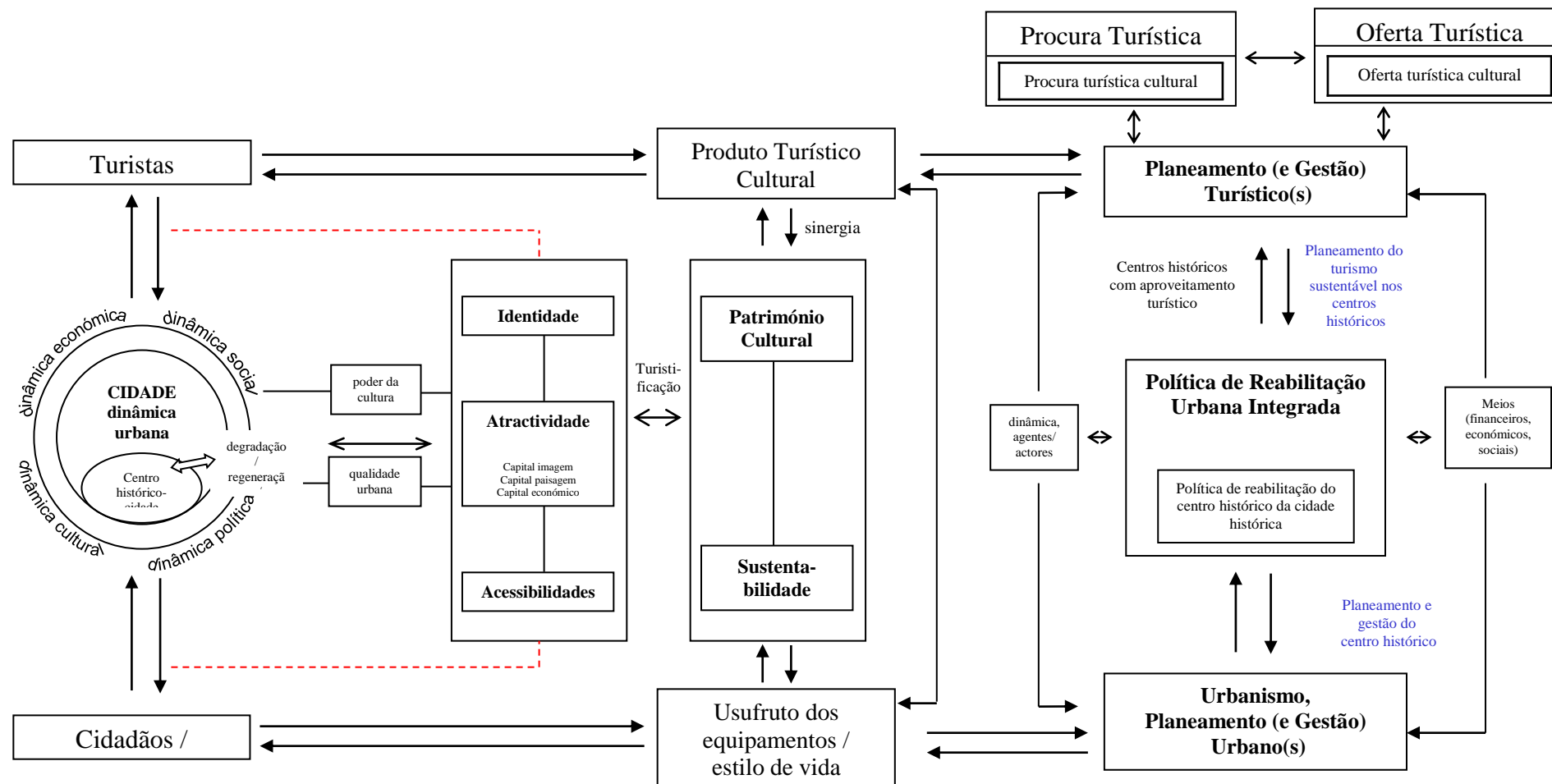
Se por um lado é importante aumentar a qualidade do tecido físico, por outro, a necessidade de antever a sua utilização também deve ser reconhecida. A revitalização física de uma área ajuda a melhorar a confiança nessa área, mas a manutenção da confiança requer uma revitalização/reabilitação económica, daí se apelar para a designada reabilitação integrada. Sem melhorias económicas, as melhorias físicas tendem a deter uma fraca probabilidade de manutenção, o que se compatibiliza com a concepção de desenvolvimento sustentável. Uma revitalização mais sustentável procura uma ocupação cuidada das propriedades/edifícios. Contudo, nem sempre é fácil atrair o desenvolvimento económico a determinados lugares no respeito pelos valores ambientais e patrimoniais.

Nos processos de revitalização, a necessidade de incorporar as mudanças económicas em curso tem levado a reconhecer no turismo, e especialmente no turismo cultural, um importante agente de desenvolvimento local. Políticas de desenvolvimento do turismo e da cultura são antevistas como detendo capacidade de encorajar a exploração do legado de uma área histórica. Atrair visitantes (nacionais e estrangeiros) e trabalhadores a estas áreas centrais é simbólico da recuperação das cidades e da sua urbanidade. Este desenvolvimento geralmente significa uma diversificação parcial ou extensiva ou reestruturação da base económica da área.

Os objectivos e motivações por detrás dos projectos de turismo são de naturezas múltiplas, e muitas vezes, o desenvolvimento do turismo, se não circunscrito a determinados parâmetros coincidentes com a sustentabilidade, pode acarretar prejuízos nos locais que urge colmatar. Neste contexto, o sector público tende a ter um papel chave em desenvolver uma política de turismo, em providenciar e gerir os espaços públicos, em construir e manter algumas das principais atracções e em estabelecer os apoios/subsídios necessários para uma melhor implantação do sector privado. Muitos factores podem induzir o sector público a estabelecer o desenvolvimento turístico dentro das áreas históricas, como por exemplo económicos, sociais e ambientais. O sucesso de qualquer política, quer seja explícita ou implícita, advém do tipo de acções desenvolvido, daí que caiba ter presente o importante papel de adequado planeamento e gestão nestes espaços.

No quadro desta problemática estabelecemos uma interconexão conceptual que pode ser percebida quer plano vertical quer horizontal de análise (Fig. 1.1).

Figura 1.1. O Turismo urbano no contexto da gestão e planeamento turístico e urbanístico



Fonte: Elaboração da autora

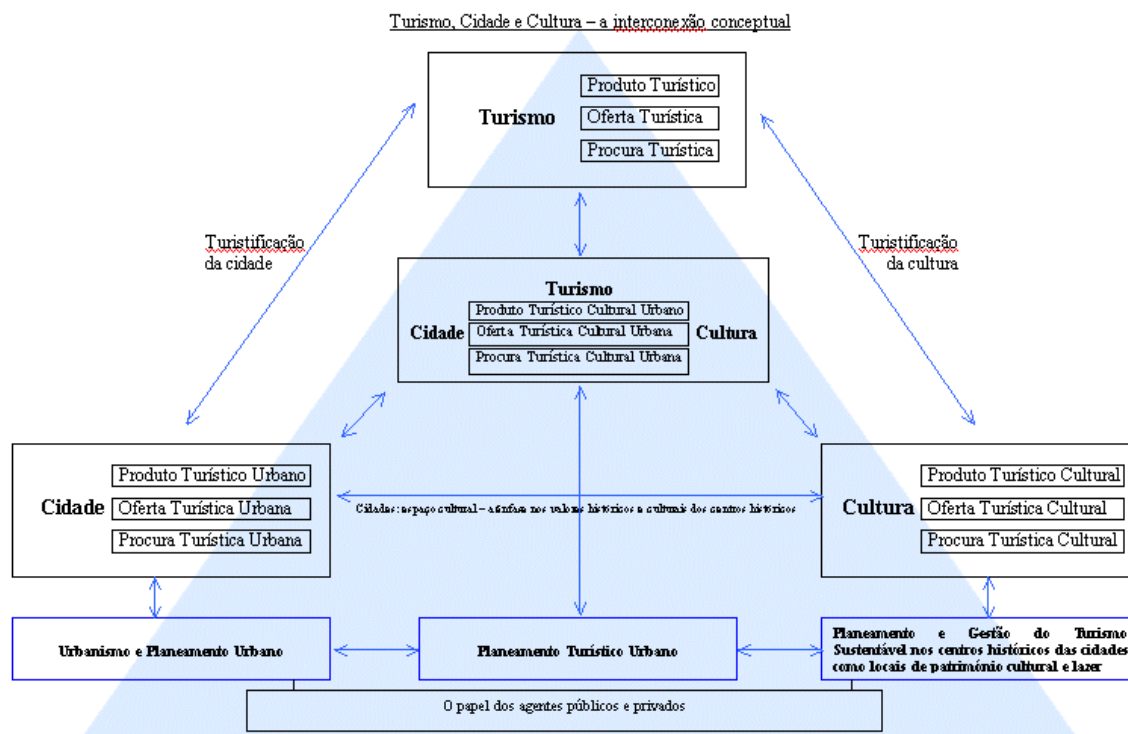
Da figura (fig. 1.1) ficam implícitas três grandes dimensões conceptuais. A primeira associada ao espaço cidade, a segunda associada ao desenvolvimento económico e especificamente ao desenvolvimento turístico e a terceira associada à cultura na sua vertente patrimonial. Temos então turismo, cidade e cultura consubstanciados no turismo urbano cultural, nomeadamente circunscrito aos bairros/núcleos históricos.

Esta estrutura tripartida leva-nos não só à determinação dos principais conceitos interdependentes de procura, produto e oferta turísticos mas também à compreensão das políticas de turismo urbano, onde emergem questões relacionadas com o seu planeamento e gestão sustentáveis, onde o papel dos agentes públicos e privados ganha proeminência (fig. 1.2).

Uma análise tridimensional da procura, produto e oferta turísticos, circunscrita aos centros históricos, pressupõe, por um lado, a análise da procura turística, a análise da procura turística urbana e a procura por turismo cultural urbano; por outro, considera a especificidade de um produto composto como é o turístico, produto turístico no espaço urbano e produto turístico cultural; por outro lado ainda, perspectiva a oferta turística enquanto oferta turística em espaço urbano e oferta turística associada aos centros históricos, espaços onde o turismo cultural (patrimonial) pode ganhar expressão.

Quanto à intervenção no turismo urbano, ela deverá assentar no planeamento e gestão da cidade (urbanismo e planeamento urbano), o qual deve contemplar o planeamento e gestão do turismo (planeamento turístico urbano) e do património cultural (através de uma gestão do turismo sustentável nos centros históricos das cidades).

Figura 1.2. – Turismo, Cidade e Cultura: a interconexão conceptual



Fonte: Elaboração da autora

1.1. TURISMO E SUA SISTÉMICA

1.1.1. Turismo: definição

Como afirma Przeclawski (1993: 9), várias têm sido as tentativas de responder à questão: - o que é o turismo? Contudo, e segundo palavras do autor, “nenhuma ganhou até ao momento aceitação generalizada”. O facto é compreensível, se tivermos presente os múltiplos e interdisciplinares campos científicos a que devemos recorrer quando pretendemos percepcionar a natureza multidimensional, multifacetada e complexa do turismo.

Turismo é um fenómeno complexo e multifacetado cruzando múltiplas disciplinas (Echtner e Jamal, 1997: 868) levando Tribe (1997) a avançar com o conceito de “indisciplina” do turismo.

Mesmo que intuitiva ou empiricamente o turismo seja facilmente definível, avançar uma definição científica é, não raras vezes, alvo de controvérsia. Em consequência, e por uma questão de facilidade analítica, as definições de turismo podem ser enquadradas em dois grandes grupos, delimitados por Burkhart (1974), Medlik (1974) e Heeley (1980):

- definições conceptuais que tentam elucidar a natureza do turismo como actividade;
- definições técnicas dentro das quais está a designação do tipo de turistas e do que constitui a actividade turística (Schullard, 1910; Picard, 1971; in Gilbert, 1990: 6).

Destacam-se adicionalmente definições holísticas, entre as quais salientaríamos a de Hunziker e Krapf (1942), autores que antevêm o turismo como “uma deslocação e permanência pouco prolongada de indivíduos fora da respectiva área de residência habitual (...) não motivada por nenhuma actividade directamente lucrativa”¹(in Py, 1992: 11).

Esta concepção, ainda nos dias de hoje aceite na sua matriz pela maior parte dos especialistas, faz emergir o turismo como um conceito mais amplo, uma vez que o antevê quer como actividade humana quer como actividade económica. Ao assentar em dois elementos essenciais - o motivo da viagem (móvil) e a deslocação ou viagem em si, constitui-se como um importante ponto de ruptura epistemológica com as anteriores formas de antever o turismo: - à percepção estrita de turismo enquanto viagem recreativa ou de lazer substitui-se uma visão abrangente (lata) na qual se passa a considerar uma multiplicidade de motivações possíveis na génese dos movimentos turísticos.

Com a emergência do turismo, faz-se sentir a necessidade de uma definição internacional de turista. Esta necessidade vai ser colmatada, num primeiro momento, pelo Comité de Especialistas de Estatística da Liga das Nações (1937) e mais tarde pela recomendação de uma definição da Organização Mundial de Turismo (OMT) (1968)², a qual, embora estruturada na linha da proposta de Hunziker e Krapf (1942) tem um cariz mais abrangente. Vejamos: - "turista é um visitante temporário que permanece pelo menos 24 horas no lugar que visita, por motivos de lazer ou de negócios. Um visitante que fique menos de 24 horas, pelos mesmos motivos é um excursionista"³ (Gilbert, 1990: 8).

Se a noção apresentada (OMT) não é muito esclarecedora quanto ao tipo de relações que se entretencem entre os fenómenos turísticos e o lazer, ela tem o mérito de representar um avanço face à proposta inicial de Hunziker e Krapf (1942) pois permite que se estabeleça a distinção entre "turismo" e "outro tipo de actividades semelhantes" em função do critério da duração da permanência e implicitamente do alcance da deslocação - "requer pelo menos uma noite fora do domicílio habitual, geralmente num alojamento específico" assim como dos motivos da estadia - “tudo o que conduz as pessoas a destinos diferentes dos de origem”, e às actividades que essas pessoas desenvolvem durante o tempo que permanecem nesses locais” (Py, 1992: 15). Porém, convém alertar que uma visão demasiado rigorosa deste princípio acabará por excluir fenómenos indiscutivelmente turísticos, como certas excursões de âmbito regional.

Com o intento de esclarecer melhor o conceito avançamos ainda uma definição de Jafari (1977) enquadrada na abordagem epistemológica de turismo. O autor cria uma definição holística onde “o turismo é o estudo do homem fora do seu habitat natural, da indústria que responde às suas necessidades, e dos impactos que ele e a indústria têm nos ambientes sócio-culturais, económicos e físicos do país que o hospeda” (in Gilbert, 1990: 6).

Avançamos ainda a definição, proposta por Mathieson e Wall (1982: 1), segundo a qual turismo consiste no “movimento temporário para destinos fora do lugar normal de residência e trabalho bem como nas actividades desenvolvidas durante a estada e as *facilities* criadas para satisfazer as necessidades dos turistas”.

Embora esta não seja uma definição de cariz técnico (como, por exemplo, a proposta pela OMT), ela tem o mérito de, segundo Cooper, Fletcher, Gilbert, Wanhill (1993: 4), contribuir para esclarecer a natureza do turismo; através dela fica estabelecido que:

“- o turismo provém de um movimento e de uma estada de pessoas para e num determinado destino”;

“- há dois elementos no turismo - o tempo de viagem até ao destino e a estada no destino (incluindo actividades)”;

“- a viagem e a estada têm lugar fora do local normal de residência e trabalho, de modo que o turismo promove o crescimento de actividades que são distintas daquelas que os residentes e trabalhadores têm nesse local”;

“- a deslocação para destinos turísticos é temporária e de duração reduzida - a intenção é voltar a casa ao fim de poucos dias, semanas ou meses”;

“- os destinos são visitados com outros objectivos para além daqueles de obter um emprego e residência permanente nesse lugar”.

A definição, de Mathieson e Wall (1982), destaca-se ainda por adoptar não só a óptica da procura, como aliás é o mais frequente nas definições de turismo, mas também a óptica da oferta - “(...) as *facilities* são criadas para satisfazer as necessidades dos turistas”.

Outra definição que compreende considerações relativamente ao lado da oferta é a de Lieper: “A indústria do turismo consiste no conjunto de todas as empresas, organizações e *facilities* que têm como intento satisfazer as necessidades e desejos dos turistas” (in Cooper, Fletcher, Gilbert, Wanhill, 1993: 5).

A consideração do lado da oferta, aquando da definição de turismo, envolve dificuldades acrescidas devido ao facto de determinadas empresas operarem com graus diferentes de dependência relativamente ao turismo. Nesta linha de ideias, a *Canadian National Task Force on Tourism Data* (1985) avançou uma classificação relativa às empresas associadas ao turismo que entra em linha de conta com o respectivo grau de dependência face ao turismo⁴.

Das várias definições expostas, emerge uma das características distintivas do fenómeno em questão que consiste no facto do turismo envolver uma viagem e conseqüentemente ser uma actividade que se desenvolve a alguma distância de casa. Para Cohen (1995: 23), a viagem pressupõe que a experiência oferecida pelo destino não esteja disponível no ambiente de residência na medida em que, se a mesma experiência fosse possível em casa, as pessoas não se deslocariam (outros autores, no entanto, consideram que só o facto de “escapar” ao lugar de origem constitui uma motivação turística). Mckerche e Cros (2002:27) ajustam “a indústria do turismo possibilita aos turistas o consumo de experiências mas não oferece necessariamente essas experiências. De facto, só uma pequena fracção dos custos da viagem é gasta naquilo a que se designa de atracções, o restante é gasto em transportes, alojamento, alimentação, bebidas, circuitos, ...”.

Para Mckerche e Cros (2002:27) a especificidade do turismo advém ainda do facto deste envolver o “consumo de experiências” (Urry, 1990; Sharply, 2000; Human, 1999, Cheung, 1999; Robb, 1998), “entretenimento/diversão” (Eden, 1990; Cohen, 1972; Ritzer e Liska, 1997; Zeppel e Hall, 1991; Prideaux e Kininmont, 1999) e se constituir como uma actividade orientada pela procura (“demand-driven”) (Mckercher, 1993; Pearce, 1989, Mckercher, 1999; Faulkner e Russel, 1997).

Das definições apresentadas verificamos ainda que o turismo pode estruturar-se segundo diferentes características tais como “as motivações”, “os seus modos de exercício”, “os seus espaços de prática” e ainda segundo o seu “conteúdo social”. Fala-se então de turismo de negócios, turismo religioso, desportivo, cultural, técnico, de saúde, de aventura, verde, litoral, urbano, rural, elitista, de elevada gama social, de massas, entre outros.

Cavaco (1996: 10) refere que “alguns autores valorizam, entre as modalidades de turismo que estão em expansão, o turismo profissional (congressos, colóquios, estágios, viagens de estudos) e o de negócios (feiras e mostras), ambos a tempo parcial, o turismo ligado à música (cruzeiros musicais, estadas wagnerianas em Bayreuth e mozartianas em Salzburgo), o turismo marginal e pobre dos excluídos do mundo ocidental para o Oriente (Nepal, Índia), o turismo educativo dos estudantes de diferentes níveis, o turismo activo e mais ainda o turismo ambiental ... que testemunham mudanças de motivações e expectativas para as viagens, por parte de turistas sempre mais críticos e exigentes, quanto à qualidade global, além de mais experientes, instruídos e informados. Integram-se em tendências gerais da procura, que vão no sentido da sua diferenciação, da especialização e segmentação dos mercados, da difusão espacial, dos estímulos à criatividade libertadora, da própria reorganização dos pacotes turísticos (produtos modulados e maior liberdade individual), da moderação dos consumos dos recursos turísticos (sustentabilidade), a perspectiva passando do curto para o longo prazo. Outros autores apenas fazem ressaltar o turismo de natureza (verde, ecológico), o turismo cultural, que inclui o turismo histórico, e o turismo étnico (meio rural, folclore)”.

Estes tipos de turismo articulam-se com a diversidade das formas de turismo:

- de acordo com o número de pessoas que viajam (individual/família/grupo);
- de acordo com o objectivo ou a motivação da viagem (turismo recreativo ou de lazer, cultural, saúde, desportivo, conferências);
- em função do meio de transporte (aéreo, marítimo, ferroviário);
- em função do destino, do lugar ou do exercício e actividade (turismo balnear, montanha, rural, verde, urbano);
- em função do tempo utilizado (turismo de estada, de passagem, de fim-de-semana);
- em função do processo de organização;
- em função do modo de alojamento;
- em função do homem definido pela sua idade;
- de acordo com o sexo;
- de acordo com o orçamento, o preço ou a classe social;
- de acordo com a localização geográfica (nacional, regional, internacional) (Baptista, 1990: 17).

Esta diversidade está associada à segmentação do turismo.

Está igualmente associada ao reconhecimento de que o turismo é cada vez mais entendido como uma actividade que afecta a sociedade de variadíssimas formas e tem

um profundo impacto na vida económica, social e cultural. Relaciona-se com um conjunto de variadíssimas áreas tais como emprego, desenvolvimento regional, educação, ambiente, protecção ao consumidor, saúde, segurança, tecnologia, transportes, impostos e cultura (União Europeia, 2003; in www.europe.eu.int, 2003).

1.1.2. Turismo e dimensão temporal

Através das definições mais tradicionais de turismo, adiantadas no ponto precedente, ficou subentendido que turismo é uma actividade que envolve práticas de lazer e recreio desenvolvidas fundamentalmente no quadro dos tempos livres (De Groote, 1989; Pater e Dietvorst, 1988; Pearce, 1989; Mieczkowski, 1981; in Sirgado, 1990: 44). Por conseguinte, quando falamos de turismo não podemos deixar de ter em consideração o seu marco de referência, o tempo livre. O facto é compreensível se atendermos que o turismo faz parte do lazer, e este último faz parte do tempo livre.

A delimitação do tempo livre⁵, como tempo utilizado para actividades não laborais, efectua-se, tradicionalmente, através de uma abordagem dicotómica, isto é, em oposição ao tempo de trabalho (Sirgado, 1990; 50). Visto que o tempo livre tem conhecido nas sociedades ocidentais um contínuo crescimento, à medida que o horário semanal de trabalho tem vindo a diminuir (resultado das conquistas laborais das classes trabalhadoras), é de prever que o mercado de lazer e consequentemente o mercado de turismo tenda a expandir-se nos anos vindouros.

O tempo de lazer, incluído no tempo livre, corresponde, segundo Boniface e Cooper (1993), ao “tempo disponível para um indivíduo depois de trabalhar, dormir e desenvolver outras necessidades básicas” (in Cooper, Fletcher, Gilbert, Wahnill, 1993: 5). Neste tempo desenvolvem-se práticas recreativas, turísticas e outras, prefiguradas em torno de motivações de prazer, repouso, valorização individual (física e intelectual), evasão e dispersão⁶. A recreação, segundo os mesmos autores, é antevista como a “prossecução de actividades desenvolvidas durante o tempo de lazer”.

As práticas de lazer, constituem-se, segundo Boyer (1972), como “o conjunto de ocupações às quais o indivíduo se pode entregar plenamente, quer seja para se repousar, para se divertir, para se instruir, depois de estar desocupado das suas obrigações profissionais, familiares e sociais”. Apercebemo-nos que estas práticas detêm “uma dimensão quádrupla de livre escolha, de desinteresse, de prazer, de individualização” (Dumazedier; in Dewailly e Flament, 1993: 16).

As práticas em questão não podem ser dissociadas de uma esfera social, económica, política e cultural, bem como de uma esfera individual, onde a tónica é a personalidade do indivíduo. As práticas de lazer constituem um dado societal fundamental, reflectindo as sociedades e modos de vida bem como a sua evolução. Deste modo, as actividades de lazer, ou lazeres, são tantas quanto o número de pessoas, pertencentes a determinada(s) sociedade(s), que as praticam.

Estas actividades, pela sua natureza múltipla, podem distinguir-se entre “lazer domésticos” (praticados quer em casa quer nas suas dependências) e “lazer exterior”; entre “lazer activos” e “passivos”; entre lazeres “próximos” e “não

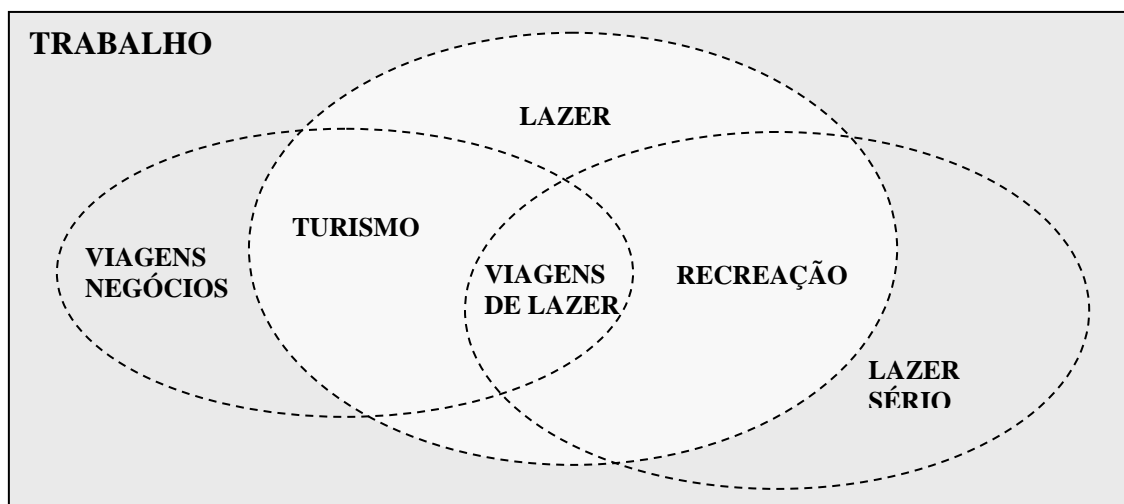
próximos”, entre outros tipos. No entanto, a noção de “lazers” mantém-se difícil de determinar com rigor, fundamentalmente devido à forte componente de subjectividade que incorpora, a qual leva a que apenas o indivíduo que pratica o lazer, o sujeito participante, esteja em posição de determinar o carácter do lazer ou da actividade que praticou (Dewailly e Flament, 1993: 17).

O turismo enquanto “deslocação e permanência pouco prolongada de indivíduos fora da respectiva área de residência habitual” constitui-se como um lazer “não próximo”, de “exterior”, “activo” ou “passivo”. Porém, o tratamento do turismo apenas como uma forma de lazer é muito limitado. Em consequência, a perspectiva dicotómica - tempo de lazer/tempo de trabalho - tem vindo a ser abandonada à medida que autores como Dumazedier (1962), Godbey (1985), Patrik & Groote (1989), Dietvorst (1988), Pater (1988), Rodrigues (1989), Gama e Santos (1991), entre outros, contribuíram para a assumpção de que o turismo e o lazer não são conceitos justapostos. Como Fedler (1987) e Butler (1989) referiram, o turismo moderno não se constitui apenas como uma actividade de lazer, ele possui algumas características cruciais que o distinguem de outras formas de lazer (in Cohen, 1995: 23). Há actividades de lazer que não correspondem a fenómenos turísticos e manifestações turísticas que não se integram no âmbito do tempo livre.

De facto, nem todo o turismo pode ser visto como lazer, e algumas definições de turismo incluem as viagens de negócios, visitas de estudo. Verifica-se que as viagens de negócios estão simultaneamente no campo do tempo de trabalho e o do tempo de lazer. “O turismo de negócios relaciona-se com pessoas que viajam por motivos que estão relacionados com o seu trabalho. Como tal, ele representa uma das formas mais velhas de turismo, uma vez que o homem, desde o início dos tempos, viaja por motivos de comércio” (Boniface e Cooper, 1987; in Cooper, Fletcher, Gilbert, Wahnill, 1993: 5).

Esta verificação é de extrema importância na medida em que evidencia que o turismo se estende para além das fronteiras do tempo livre e penetra nos domínios dos tempos dos compromissos sociais e dos tempos coercivos do trabalho. Consequentemente, a investigação no turismo emerge nos anos recentes como um campo distinto, separado dos estudos do lazer (fig. 1.3).

Figura 1.3. Relações entre lazer, recreação e turismo



Fonte: Adaptado de Hall e Page (2002: 5)

Ao reflectirmos sobre a dimensão temporal do turismo, não poderíamos deixar de salientar que é um fenómeno que se distribui desigualmente no tempo, ou seja, é um fenómeno de natureza sazonal. A sazonalidade tem duas origens básicas, a “natural” e a “institucional” (BarOn, 1975; Hartmann, 1986). A primeira, relacionada com variações temporais nos fenómenos naturais tais como o clima; a segunda, relacionada com o tradicional, por vezes legislado no período de férias. A sazonalidade para além de envolver variáveis físicas, económicas e sociais relativas quer à região de origem quer à região de destino, estabelece também a interacção entre as regiões de destino e as de origem (in Butler e Mao, 1997: 10).

A sazonalidade tem impactos bastante negativos para a indústria do turismo, nomeadamente enquanto potencializadora de dificuldades no acesso ao capital, de problemas de *staff* e de dificuldades no retorno do investimento. Existem no entanto áreas, onde ela tende a ser menor, uma delas é a urbana.

Murphy (1985), em sintonia com a afirmação anterior, salientou que as grandes cidades, tais como Londres, têm um modelo menos sazonal de turismo do que as estâncias turísticas tradicionais. Esta postura tem a sua raiz nas publicações da Organização Mundial do Turismo (OMT, 1984) para a qual “os destinos turísticos urbanos, enquanto detentores de elevados pontos de actividade, têm mais e contínuas operações durante todo o ano porque dependem de uma procura mais diversificada” (in Butler e Mao, 1997: 15).

A maioria dos centros urbanos experimenta um fluxo contínuo de turismo de negócios ao longo do ano, e qualquer variação neste modelo é possivelmente o exacto oposto ao modelo de visitas dos turistas de lazer. Esta complementaridade de modelos encontra-se também à escala semanal: as viagens de negócios declinam no fim de semana, enquanto as viagens por lazer e as VFR têm maior peso nessa altura. Um outro aspecto é de que, as atracções existentes nas áreas urbanas estão, em princípio, menos dependentes das condições climáticas e como tal são menos vulneráveis à sazonalidade natural: os destinos urbanos, devido a boas redes de transportes rodoviários, férreos e aéreos, estão normalmente acessíveis durante todo o ano, mesmo nas piores condições climáticas.

1.1.3. Turismo e dimensão espacial

O espaço é uma dimensão básica para a vida humana. Ao longo da história, a actividade humana tem sido caracterizada pela apropriação do espaço. O(s) espaço(s) turístico(s) compõe(m)-se por recursos originais (pré ou ante-turísticos) e recursos pós-turísticos. Os primeiros são pré-existentes ao turismo e mesmo à ocupação humana; os segundos são criados para satisfazer os indivíduos que se deslocam a estes lugares. Os recursos também se podem classificar em recursos reais ou potenciais, consoante existam ou não, e recursos naturais, culturais e artificiais, consoante a sua natureza (Dewailly e Flament, 1993: 79).

A partir do momento em que um espaço se destina a satisfazer necessidades de pessoas a ele exteriores, ou seja, pessoas que se dispõem a sair do seu local de residência ou trabalho atraídas pelos recursos existentes noutra espaço, espaço de destino, ele artificializa-se, turistifica-se. Os recursos, as atracções transformam então o espaço neutro em espaço de acolhimento. Por conseguinte, quando a intenção é definir e compreender a natureza do turismo, não podemos esquecer-nos do seu respectivo suporte espacial. A observação, directa ou indirecta do espaço, permite a delimitação de um determinado número de critérios que contribuem para a apreciação da turisticidade do espaço em questão, ou seja, o carácter turístico-funcional (e não potencial) de um espaço. A turistificação é, ela própria, um processo de apropriação do espaço pelo turismo, e por conseguinte a evolução da turisticidade considerada ao longo do tempo (Dewailly e Flament, 1993: 21).

O espaço turístico leva a uma passagem progressiva do exotropismo ao endotropismo, tendo em conta que eles se definem em função da orientação das relações que se estabelecem (no espaço/território turístico) entre o ambiente espacial e a organização funcional. Um lugar é endotrópico logo que se dirige essencialmente para a utilização turística de elementos internos ao seu tecido construído (monumentos, museus, actividades culturais, casino, centro de congressos, etc.). Ele é exotrópico logo que se orienta de forma primordial para os elementos atractivos exteriores ao seu espaço construído, e geralmente pré-existent e independentes dele (mar e praia, floresta, neve). Geralmente, os lugares turísticos compreendem uma misto de endotrópico e exotrópico, podendo-se falar de mesotropismo. Os lugares exotrópicos oferecem primordialmente recursos naturais, os lugares endotrópicos recursos artificiais (in Dewailly e Flament, 1993: 84).

Assim, não será de estranhar que o processo de afirmação do fenómeno turístico tivesse sido acompanhado pelo reforço da sua expressão territorial. Multiplicaram-se os pontos de origem e de destino das viagens assistindo-se à integração de territórios muito diversos e distantes no espaço das relações turísticas.

O desenvolvimento de práticas turísticas levou, por seu turno, ao desenvolvimento de infraestruturas e equipamentos diversificados que vêm completar as atracções naturais. Estas práticas, pelas suas características, constituem um dado societal importante, reflexo da evolução das sociedades e respectivos modos de vida. Emanam fundamentalmente dos países ricos que são quer emissores quer receptores, e não tanto dos países pobres, essencialmente receptores. As práticas em questão, pelos fluxos populacionais que envolvem, implicam choques ambientais, sociais, económicos (entre outros), que tendem a modificar as formas de uso e organização do espaço, ao mesmo tempo que operam transformações importantes no interior das sociedades de acolhimento. Deste modo, o turismo torna-se uma componente primordial no ordenamento do território uma vez que o espaço turístico se organiza segundo o modelo “centro-periferia” (Dewailly e Flament, 1993: 29).

Das considerações feitas depreendemos que a natureza do turismo deverá ser percebida em articulação com a atitude dos indivíduos para com o espaço, o qual deverá ser tratado como um elemento no processo mais vasto da mobilidade espacial. Nesta óptica, turismo pode ser visto simplesmente como um processo de mudança temporária de espaço, uma mudança temporal do lugar de residência, por parte de um indivíduo ou de um grupo de pessoas. Uma vez que o turismo deslocaliza pessoas e

consecutivamente, algumas das suas necessidades, a prática do turismo e dos lazeres acompanha-se necessariamente da realocação num espaço diferente. Trata-se de um sistema de fluxos complexos a diferentes escalas (regional, nacional, internacional).

Aliás, como já tivemos oportunidade de verificar, as actividades de recreação, os lazeres, desenvolvem-se em espaços vários: - espaço doméstico (casa), local, regional, nacional, internacional. As actividades turísticas, uma vez que se desenvolvem fora dos locais de residência e trabalho habituais, remetem-nos para o espaço (regional), nacional, internacional. Quando se fala de turismo e espaço, podemos também dizer que tipo de espaços é que são visitados: campo, praia, cidade.

Neste contexto, Fuster (1967), tendo subjacente as atracções e práticas desenvolvidas em determinado espaço, identifica seis “núcleos receptores turísticos”, são eles: núcleos climáticos; termais; paisagísticos; desportivos; históricos, monumentais, artísticos; religiosos; de valor folclórico e diversos (in Sirgado, 1990: 78).

Lozato-Giotart (1987) divide os espaços turísticos em três conjuntos: polivalentes e abertos (onde estão incluídos os urbanos não balneares); especializados, mais ou menos abertos; regionais (in Sirgado, 1990: 78).

Pearce (1989: 60) identifica espaços turísticos costeiros, estações turísticas na neve, espaços turísticos rurais e espaços turísticos urbanos. Esta delimitação é feita tendo em consideração os efeitos de estruturação dos espaços turísticos nos processos de desenvolvimento local e regional com o intento de estabelecer processos e tipologias de desenvolvimento turístico. Assim, os tipos de espaços turísticos identificados resultam do cruzamento de três critérios: dimensão e estrutura da população existente e a vitalidade e diversidade das suas actividades, antes da introdução do turismo; natureza espontânea ou planeada das estruturas turísticas colocadas à disposição dos turistas; natureza concentrada ou difusa do espaço turístico (Sirgado, 1990: 80).

Porém, uma vez que são vários os factores directamente relacionados com a estruturação local dos espaços turísticos, torna-se difícil uma percepção integrada. Os espaços turísticos apresentam-se então como “complexos activos”, onde muitos dos elementos seus constituintes não estão ligados directamente ao turismo (Sirgado, 1990: 81). Por conseguinte, a continuidade temporal e espacial destas ligações tende a ser diferencial e a teia de efeitos nos processos de desenvolvimento depende das especificidades naturais, humanas, técnicas e financeiras de cada espaço.

Reter que cada um destes espaços tende a estar associado privilegiadamente a um tipo de turismo. Por exemplo, o(s) espaço(s) “campo”, “rural”, “montanha” tendem a estar respectivamente associados ao turismo rural, turismo “verde”, aventura; os espaços costeiros tendem a estar associados ao turismo de sol e praia; os espaços urbanos, os núcleos “históricos, monumentais, artísticos” tendem a estar associadas ao turismo cultural.

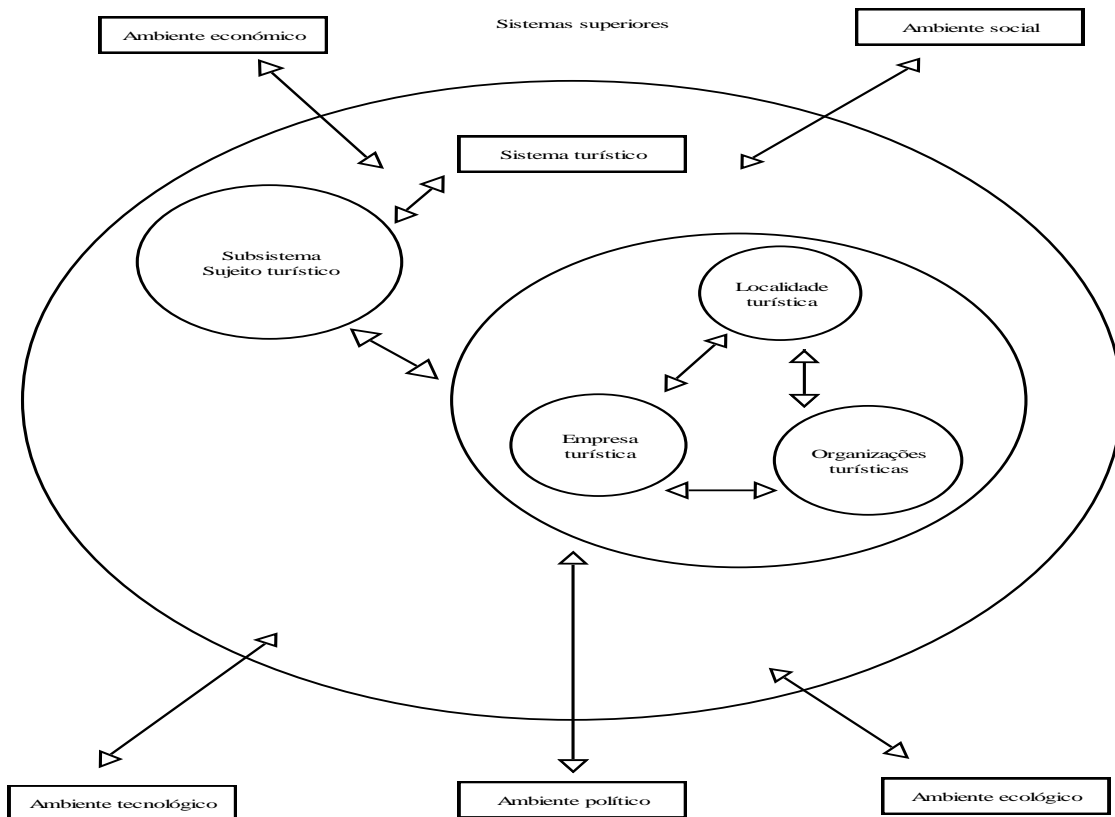
1.1.4. Sistema turístico

A complexidade emergente do fenómeno turístico leva-nos a ter presente que qualquer definição que dele se queira adiantar ficará sempre aquém da sua inteira percepção. Daí que Guibilato (1983: 10) afirme que o fenómeno em questão só será entendível "através de uma abordagem pluridisciplinar global que coloque o turismo no seu contexto sócio-económico".

Fará então sentido referir a abordagem de Kaspar (in Guibilato, 1983: 10), a qual se fundamenta na teoria dos sistemas para evidenciar as diversas dimensões do fenómeno turístico e das suas relações com outros sistemas e outras envolventes. Estamos face a um "enfoque moderno que trata um sector de actividade como um conjunto ou sistema de partes ou subsistemas (em si mesmos subdivisíveis) e variáveis mutuamente independentes, que permitam a transformação de *inputs* (os recursos humanos, naturais, de capitais, etc.) ou obter, em função de certos objectivos, os *outputs* (produtos e serviços turísticos)" (Lanquar, 1991: 22).

Como também referencia Lanquar (1991: 23) em consonância com Kaspar, a abordagem em questão, "considera, para além do mais, a complexidade das interacções e retroacções dos elementos do sistema, e não descarta de forma alguma o aspecto intuitivo no processo de decisão ou de planeamento". Lanquar (1991: 23) salienta ainda o que julga constituir o grande mérito da abordagem sistémica: "Este enfoque tem também o mérito de não diferenciar de uma forma brutal o que é desenvolvimento do que é gestão, ao contrário ele une-os de uma maneira dinâmica numa perspectiva macro e microeconómica" (fig. 1.4).

Figura 1.4. - Estrutura do sistema turístico



Fonte: Adaptado de Guibilato (1983: 12)

O turismo enquanto sistema composto pelos subsistemas, sujeito turístico (o turista, o cliente) e objecto turístico (empresa turística, localidade turística, organização turística), interage com o sistema económico, social, político, legal, tecnológico, ecológico, etc..

Leiper (1990) não difere significativamente da abordagem de Guibilato (1983), avançando com os seguintes elementos constitutivos do sistema turístico:

- os turistas, enquanto actores do sistema;
 - os elementos geográficos, delimitados em função da região originária de viajantes, da região de destino turístico e da região de trânsito (*transit route region*);
 - a indústria turística, enquanto o conjunto de negócios e organizações envolvidos na produção e entrega do produto turístico (in Cooper, Fletcher, Gilbert, Wahnill, 1993: 3).
- A questão da inter-relação do sistema turístico com o sistema económico, político, social, cultural, entre outros, também está presente.

A inter-relação entre sistema turístico e económico é determinante uma vez que turismo "é uma actividade económica, ou seja, um conjunto de actos e trabalhos coordenados com vista a corresponder à necessidade de tempo livre e das viagens. É finalmente uma indústria, visto que se trata de um conjunto de actividades que têm por objecto a exploração das riquezas turísticas, assim como a transformação dos recursos humanos, do capital e das matérias primas, em serviços e em produtos" (Lanquar, 1991:14).

O sistema do turismo, segundo Mill e Morrison (1985) e Gunn (1979), pode ser descrito em termos económicos de oferta e procura. Para Mill e Morrison (1985) o sistema é

constituído por quatro intervenientes. São eles: “1) o mercado (turistas), 2) a viagem (transportes), 3) o destino (atracções, equipamentos, serviços), 4) o marketing (informação e promoção)” (in Inskoop, 1991: 22). Para Gunn (1979), o sistema é composto, por um lado, lado da procura, pelos turistas ou seja pela população com interesse e capacidade para viajar; por outro, lado da oferta, pelas várias modalidades de transporte, pelas atracções, equipamentos, serviços e pela informação turística⁷ (in Gunn, 1988: 69). As relações que a procura e oferta estabelecem entre si são importantes. Este autor vai ainda mais além identificando os factores externos que influenciam o funcionamento do sistema turístico, tais como recursos naturais, recursos culturais, *entrepreneurship*, finanças, trabalho, concorrência, comunidade, políticas governamentais, organização e liderança (Gunn, 1988: 73-76).

Poon (1993) coloca mais ênfase no lado da indústria turística. As componentes que considera são os produtores, os distribuidores, os consumidores. Cooper, Fletcher, Gilbert, Wanhill (1993) adiantam como componentes, a procura, os destinos, a indústria, as organizações governamentais, e, por fim, o marketing. O papel dos intermediários, *travel trade*, ganha cada vez mais importância no estabelecimento de ligações entre as funções de procura e de oferta.

À semelhança do que verificamos nos sistemas expressos por outros autores, Laws (1995: 36), a propósito das componentes do modelo sistémico dos destinos turísticos, põe em evidência que o sistema é constituído por elementos na forma de atracções primárias suportadas por secundárias. Os *inputs* do destino têm a ver com “qualificações dos empregados”, “capital dos investidores”, criatividade empresarial” e “expectativas dos turistas” (em termos de acessibilidades e infraestruturas de apoio). O “sistema do destino” diz respeito ao processo que inclui muitos elementos - primários e secundários, ou subsistemas - tais como “alojamento”, “diversão”, “transportes”, “comércio”, que transformam os *inputs* em *outputs*. Os *outcomes* consubstanciam-se quer nos *outcomes* dos *stakeholders* (turistas, residentes, investidores e empresários); o *outcome* do turista pode ser a sua satisfação no usufruto do destino, o *outcome* do residente podem ser os problemas ou os benefícios do desenvolvimento do turismo na localidade onde vive) quer nos impactos (económicos, sociais, ambientais e ecológicos). No modelo sistémico em análise, há ainda a considerar as “influências externas” (tais como moda/gosto, legislação, mudanças tecnológicas, mudanças nas condições da procura, concorrência) que determinam em maior ou menor grau a inter-relação dos elementos sistémicos.

Uma vez que cada destino possui uma combinação única de características determinadas pela sua localização, cultura e história, será de esperar que se desenvolvam modelos sistémicos específicos para cada um desses destinos. A teoria dos sistemas defende que o conjunto de inter-relações no sistema são afectadas por mudanças em qualquer dos elementos de que é composto, pelo que a importância relativa de cada um deles é variável.

Se confrontarmos o esquema analítico de Gunn (1979; in Gunn, 1988: 73-76) com o de Laws (1995: 36), verificamos que apesar do último ter como base o primeiro, ele dá maior ênfase não só à questão dos impactos do turismo e à forma como cada grupo de interesses reage face a eles, mas também valoriza a importância das múltiplas influências a que o turismo está sujeito, deixando bem claro o processo interactivo que se estabelece.

Também quando se fala de turismo urbano e na necessidade de compreender a sua complexidade, Page e Hall (2003: 22) consideram essencial o estabelecimento de um modelo analítico capaz de sintetizar a multiplicidade de factores e processos associados a este tipo de turismo. A abordagem sistémica constitui-se como uma das metodologias determinantes para se atingirem estes propósitos.

A abordagem de sistema aplicada ao turismo urbano remete-nos para o domínio das relações entre o sistema turístico e os outros sistemas, e nomeadamente o económico, circunscritas ao espaço urbano. Esta abordagem apela à conceptualização do turismo “como um serviço e como uma experiência” detendo:

- um elevado grau de envolvimento do cliente;
- uma componente de oferta simultânea;
- uma procura inconstante que varia de acordo com a sazonalidade;
- um produto intangível que é geralmente consumido (Page, 1995: 18; Page, 1999; Page e Hall, 2003: 23).

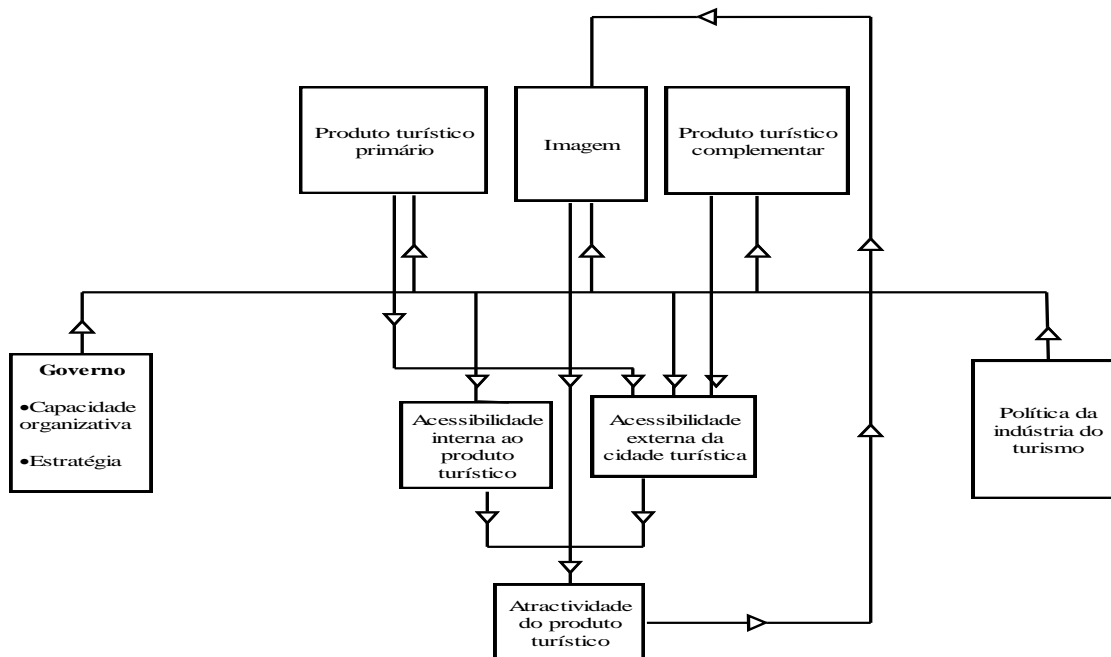
Paralelamente, a abordagem em questão preocupa-se em estabelecer a inter-comunicabilidade entre os diferentes elementos pertencentes ao sistema, nomeadamente "procura do consumidor", "oferta de serviços turísticos", "sector privado/público", e em detectar os efeitos do turismo no dito sistema através dos “impactos ambientais, culturais e sociais” na cidade (Page, 1995: 18). Por conseguinte, e à semelhança do que outros autores já referiram, um conceito importante a considerar neste ponto é o canal de distribuição utilizado nas operações de gestão e marketing. Ele permite que se trace directamente o fluxo do produto ou serviço do ponto de produção ao ponto de consumo através do designado *process-oriented approach* (Page, 1995: 18).

Para além dos aspectos referidos, também não se deverá descurar a importância dos diferentes grupos de interesse, a qual só pode ser cabalmente compreendida através de modelos sistémicos “abertos” (reconhece os contextos/envolventes tais como os cultural, legislativo, tecnológico entre outros) e “suaves” (*soft*) (considera as interacções entre turistas, *staff* e residentes nas áreas de destino turístico) (Laws, 1995: 35). Este tipo de modelos tem como principais vantagens focar a atenção nos *inputs* providenciados pelos serviços turísticos e nos *outcomes* do processo turístico, para todos os grupos de interesse num destino.

Salientaríamos igualmente o sistema turístico urbano onde as relações que se entrecem no seu seio nos remetem não só para o produto turístico, sua imagem, atractividade e acessibilidades, como também evidenciam a importância do governo (nacional, regional, local) e sua capacidade organizativa na delimitação de uma estratégia da política da indústria turística. Aliás, estes dois últimos aspectos constituem, a nosso ver, uma prioridade na nossa análise na medida em que, por um lado, para se desenvolver uma política de turismo na cidade o município terá que cooperar com uma multiplicidade de entidades e estabelecer um conjunto de parcerias; por outro lado, a indústria do turismo também detém as suas próprias responsabilidades no desenvolvimento do turismo urbano e na procura de uma colaboração estratégica e profícua (fig. 1.5.).

Figura 1.5. - Sistema turístico urbano (principais relações)

Sistema Turístico Urbano



Fonte: Adaptado de Berg, Borg, Meer (1995: 16)

Devido à complexidade do sistema turístico urbano e subsistemas existentes e à dificuldade em explicitá-los, nem sempre a escala e importância do turismo têm sido reconhecidas. De facto, recentes investigações sobre a natureza contemporânea da mobilidade urbana clarifica a importância em antever as relações entre as áreas urbanas e o lazer, excursionismo, turismo, actividade educacional e migrante (Williams e Hall, 2000 e 2002; in Page e Hall, 2003: 18).

1.2. TURISMO E ESPAÇO URBANO

1.2.1. Cidade: definição e características

Na actualidade, à escala mundial, aproximadamente 46% da população mundial vive em áreas urbanas e perspectiva-se para o ano 2030 cerca de 61%.

As áreas/centros urbanos podem apresentar várias dimensões, desde grandes cidades a pequenos centros que dificilmente podem ser chamados de cidade. Os perímetros fixados às áreas/centros urbanos raramente coincidem com a cidade geográfica - entendida enquanto forma de ocupação dos solos e entidade individualizada com certa dimensão e densidade - onde se desenrola um conjunto expressivo e diversificado de actividades várias indissociáveis do modo de vida dos habitantes. Os perímetros são,

regra geral, menores que os limites administrativos ou de planeamento, embora em áreas/centros urbanos de grande vitalidade económica e demográfica a cidade geográfica ultrapasse os limites fixados pela divisão administrativa ou política.

Tendo presentes as similitudes entre urbano e cidade, e na tentativa de encontrar uma definição de cidade deparamos como um conjunto de questões, formuladas por Mattoso (1987: 11) que, em parte, contribuem para percebermos a identidade da cidade. O autor pergunta: “Que é, afinal, a cidade? Porquê a tendência da humanidade, particularmente a ocidental - tendência aparentemente irresistível, para a urbanização? Porquê a quase completa identificação da diacronia com a cidade, e da paralisação estática com o campo? Em última análise não é só a cidade que cria progresso, e o campo que o refreia? Não é a cidade o lugar da mudança, e o campo o da permanência? Estamos aqui, portanto, no próprio centro da História”.

Embora a nossa preocupação não seja determinar a (potencial) oposição entre campo e cidade, nem responder às questões avançadas por Mattoso (1987), pensamos que a frase exposta enfatiza a identidade *mutatis mutandis* da cidade. Identidade esta que, segundo Rawlings, contribui para a dificuldade em encontrar uma definição diacrónica para um “exemplo vivo da existência humana e a obra mais visível e significativa da própria civilização europeia” (in Corijn e Praet, 1997: 139). A cidade é uma realidade em mutação, qualquer representação que dela se faça é uma representação transitória.

A natureza heterogénea, imaterial, complexa e viva da cidade, é difícil de ser abarcada, na íntegra, por qualquer abordagem analítica. Como salienta Bonello (1996: 3), a cidade “está para além de toda a perspectiva geográfica, económica, sociológica ou histórica porque ela nasce da interacção entre os indivíduos, o que interdita qualquer definição estática ou descritiva. Tratando-se de uma comunidade viva, ela é de grande mobilidade, uma vez que escapa a qualquer permanência”.

O termo cidade é portanto um “conceito elástico” (Haughton e Hunter, 1994: 14), devido à inexistência de uma definição absoluta que resulte satisfatória em todos os casos. Consequentemente, para definir cabalmente cidade, será necessário recorrer a mais do que um ou dois critérios. Caberá ter em atenção critérios de ordem demográfica, económica, social, política, geográfica (topográfica), mental ou religiosa, entre outros.

Peixoto (1990: 98-100) considera cidades como:

- importantes concentrações geográficas da população num determinado ponto; são portanto aglomerados relativamente densos;
- concentrações permanentes e estáveis;
- lugares onde se concentra uma multiplicidade de actividades e funções sociais, culturais, industriais, comerciais, religiosas; são portanto locais de acentuada divisão do trabalho. A coordenação da especialização implica, entretanto, o surgimento de hierarquias e, daí, uma estratificação social;
- fontes de inovação e de progresso técnico;
- concentração geográfica do produto excedente agrícola.

No espaço (geográfico) da cidade justapõem-se o espaço de produção, o espaço social, o espaço de circulação. “Estes três tipos de espaços estão articulados num único sistema, através dos mercados de trabalho locais, através dos quais indivíduos e empregos são

colocados em correspondência, e os salários estabelecidos" (Scott, 1992). Estes três espaços também estão em articulação com a natureza multifuncional da cidade.

Bonello (1996: 3) avança com três critérios identificadores da cidade, nomeadamente através de:

- número de habitantes;
- tipo de actividades desenvolvidas por esses mesmos habitantes (peso relativo de indivíduos que se dedicam ao comércio e à indústria em oposição aos que se dedicam à agricultura);
- nível de concentração das suas habitações. Estes critérios contribuem para que se estabeleça a fronteira entre espaço rural e espaço urbano, muito embora, mesmo na sua vertente quantitativa, estejam sujeitos a alguns cambiantes e ambiguidades.

Porém, como referem Haughton e Hunter (1994: 14), independentemente dos critérios avançados para definir cidade, “o que constitui uma cidade pode variar entre Estados-Nações, entre países com maior ou menor dimensão populacional. Pode também variar de acordo com a área em que se insere, visto que em muitos casos uma pequena cidade agregada ou próxima de uma grande conurbação se pode constituir como parte de outra cidade (ou cidade-mãe), enquanto uma cidade de tamanho similar, numa área rural tende a ter identidade própria”.

Também a Comissão Europeia, no Livro Verde do Ambiente Urbano, apesar de salientar a existência de problemas na definição da cidade e seu *hinterland* (subúrbios), devido às múltiplas ambiguidades que envolvem a sua natureza, considera que deverá conceber-se cidade “como uma aglomeração mais ou menos regular de edifícios e vias públicas, onde as pessoas podem viver e trabalhar, e também onde há muitas actividades sociais, culturais, e tem pelo menos 10000 residentes”. Esta proposta de definição deixa implícita a confluência de várias dinâmicas no espaço, nomeadamente a económica, social, cultural e política (in Haughton e Hunter, 1994: 14).

No referente à dinâmica económica, “a cidade é sinónimo de proximidade, providenciando actividades e contactos múltiplos que a tornam um centro de informação e de criatividade. É a capacidade de captação de factores económicos envolvidos em todos os estádios de produção, investigação e consumo que atrai as empresas para os centros urbanos” (EC, 1990; in Haughton e Hunter, 1994: 40).

Quanto à dinâmica social na cidade “ela concilia uma variedade de *facilities* sociais (enfermarias, hospitais, agências de serviços sociais, etc.) cujo papel se está a tornar progressivamente mais importante à medida que aumenta o peso das populações marginalizadas pelo subemprego, desemprego e pobreza. De facto, a concentração de problemas sociais torna possível definir e prosseguir políticas específicas em vez de genéricas. A cidade também concentra oportunidades de emprego: isso representa uma das suas maiores atracções. Mais genericamente, a cidade representa escolha: de relações sociais, de educação, de serviços e trabalho” (EC, 1990; in Haughton e Hunter, 1994: 40).

A dinâmica cultural está associada à social. “O papel cultural da cidade depende da densidade, proximidade e escolha. Estes factores propiciam a “produção” de cultura bem como o seu “consumo”. Adicionalmente, a herança histórica da cidade permite

actividades económicas únicas ligadas à cultura, incluindo o turismo” (EC, 1990; in Haughton e Hunter, 1994: 40).

A dinâmica política na cidade deverá, mais do que em qualquer outro lugar, responder directamente à procura dos cidadãos por um bom “governo”. “É o lugar onde a participação directa é possível e crescentemente praticada, e onde o indivíduo pode desenvolver de forma mais livre o sentido de identidade individual e cívica” (EC, 1990; in Haughton e Hunter, 1994: 40).

A consideração das dinâmicas referidas é pertinente, se retivermos que uma cidade industrial terá dinâmicas económicas, sociais, culturais (e mesmo políticas) significativamente diferentes de uma cidade comercial, mineira, piscatória, balnear, universitária, ou de uma cidade capital. Do mesmo modo, uma cidade em que prevaleça uma só indústria apresentará uma série de características diferentes de uma cidade pluri-industrial. Algumas das características das cidades, enquanto factores determinantes da natureza da vida urbana, são mais significativas do que outras e é legítimo esperar que os traços mais evidentes variem de acordo com a dimensão, a densidade e as diferenças funcionais das cidades. Daí que a fluidez da definição exposta seja importante de modo a permitir assinalar não apenas as características essenciais das cidades (pelo menos, as ocidentais), mas também identificar aquilo em que se distinguem.

O papel das cidades no mundo moderno não depende, da emergência da moderna tecnologia industrial, da produção em massa ou da empresa capitalista. No entanto, há que não confundir urbanismo e urbanização com industrialismo/industrialização e capitalismo moderno.

A propósito da dinâmica das cidades, não poderemos deixar de salientar que a dinâmica de uma dada cidade não é independente da dinâmica de outras cidades com as quais se relaciona. O facto é compreensível se pensarmos, tal como Consinschi e Racine (1984), que o espaço urbano pode ser considerado como um conjunto morfológico, fisionómico, social e cultural diferenciado, funcionalmente integrado numa rede hierarquizada de complementaridades que lhe permite organizar a sua região e de se integrar na economia global. Para Aydalot (1985), aparece como uma entidade disposta de aptidões humanas especializadas e diversificadas ou como uma unidade de produção e de mobilização de conhecimentos. Braudel (1986) coloca o acento sobre o espaço urbano como um lugar de interconexão, de troca e de interface (in Maillat, Lécho, Ansermet, 1993: 34). O espaço urbano é um lugar de concentração, de sobreposição e de *interface* entre os elementos do sistema produtivo e do meio envolvente externo, o que se materializa na existência de economias externas, ou seja, no desenvolvimento e exploração de um contexto de proximidade, de variedade e acessibilidade. Ele contribui assim para a emergência e a efectivação de actividades essencialmente terciárias de incubação, de captação e de difusão que constituem os pilares dos processos de inovação, de aculturação e de reprodução (Maillat, Lécho, Ansermet, 1993: 34).

Neste contexto, Bonello (1996: 41) avança ainda que a questão da dinâmica das cidades não pode ser dissociada do número de factores e actores intervenientes, quer se trate de influências “invisíveis”, físicas ou de factores macro-económicos, quer se trate de actores administrativos privados ou públicos (os factores “invisíveis” agrupam as influências que se exercem para além do poder directo dos homens e os actores administrativos e privados são os actores da gestão municipal). Bonello (1996) faz esta

destrinça com o intento de se aperceber da lógica que faz uma cidade estagnar ou desenvolver-se.

1.2.2. Evolução das cidades: ascensão, declínio e regeneração?

Não é nossa intenção aprofundar aqui conhecimentos sobre a evolução histórica das cidades, mesmo em articulação com o respectivo modo de produção, a qual nos conduziria das “cidades míticas” (Jerusalém, Atenas, Roma), passando pela “cidade medieval”, “cidade renascentista”, “cidade barroca”, “cidade industrial” até à “cidade moderna”⁸.

A nossa preocupação circunscreve-se à detecção dos elementos que estão na origem da ascensão e declínio da “cidade industrial” e dos elementos regeneradores conducentes à “cidade metrópole” e “cidade global”.

“Durante muitos séculos as cidades viveram fundamentalmente assentes no comércio (...). Contudo, desde o século XVIII até aos nossos dias, as indústrias desenvolveram-se no sentido de se tornarem de grande importância na economia das cidades. Foi o crescimento das indústrias no século XIX e na primeira metade do século XX que constituiu a causa de crescimento de grande parte das cidades e a disseminação do termo de cidade industrial e de idade industrial” (Law, 1994: 16).

A ascensão da “cidade industrial” compatibiliza-se com o processo de urbanização entendido como o crescimento da população dos centros urbanos, provocado pela industrialização, que apela à chegada de migrantes provenientes das zonas rurais. Da “cidade industrial” à “cidade metrópole”, assiste-se a uma especialização funcional e social dos espaços. Os espaços desdobram-se em áreas centrais de comércio e de prestação de serviços, afastando muitas vezes a função industrial e habitacional. O crescimento das cidades disseminou a aglomeração, ocupando um espaço mais amplo, por um movimento de ocupação das periferias. As cidades ocupam as áreas rurais mais próximas, que vêm diminuir o peso da sua população e a sua importância económica relativamente à produção industrial. Este movimento de suburbanização é acompanhado por um processo de aumento das distâncias e das mobilidades.

A “industrialização constitui um dos pontos de viragem no desenvolvimento urbano e na forma de vida urbana. Desde o século XIX que muitas cidades ocidentais foram revolucionadas, com a introdução da indústria pesada, transporte de massa, A fronteiras urbanas rapidamente se expandiram (...). Redes de transportes tornaram a vida suburbana possível” (Orbasli, 2000: 11).

A cidade, ou de forma mais abrangente, os sistemas urbanos tendem a crescer sempre que demonstram capacidade de obter um rendimento através da produção e exportação de bens. Este rendimento possibilitará que importem mais matérias-primas e bens e desenvolvam conseqüentemente um nível de vida superior. No respeitante à evolução dos sistemas urbanos capitalistas (em propagação no espaço desde o início da revolução industrial), Scott (1992: 109) distingue três grandes momentos nas formas de aglomeração produtiva:

“- Em 1º lugar, durante uma parte significativa do século XIX, os sistemas de produção urbanos consistiam geralmente em complexos de fábricas e *ateliers* em indústrias tais

como os têxteis, o calçado, a relojoaria, quinquilharia, etc (Birmingham e Manchester evidenciaram-se como exemplos paradigmáticos da industrialização e da urbanização neste período);

- Em 2º lugar, na era da produção de massa fordista, as aglomerações industriais urbanas ganharam proporções sem precedentes, com a expansão, à escala global da produção, particularmente nos sectores líderes do crescimento (sectores automóvel, utensílios domésticos, máquinas, etc.) com os seus fornecedores múltiplos, directos e indirectos (Detroit e Chicago são casos paradigmáticos);

- Em 3º lugar, nos nossos dias, tanto nos Estados-Unidos como na Europa ocidental, um ressurgimento de formas flexíveis de produção e do mercado de trabalho engendrou o retorno à aglomeração e ao crescimento urbanos. Os principais tipos de actividade produtiva implicados nestas áreas de desenvolvimento são: a indústria artesanal, a indústria de alta tecnologia, e os serviços à produção e financeiros”.

Os diferentes momentos das formas de aglomeração produtiva podem coexistir numa mesma cidade -" (...) podem aparecer muitos tipos de distritos industriais na mesma área metropolitana". De facto podemos, mesmo na actualidade, encontrar cidades do 3º Mundo e/ou dos PVDs com predominância em aglomerados produtivos referentes ao “1º momento” a coexistirem com aglomerados produtivos pertencentes ao “3º momento”, e cidades do mundo desenvolvido com aglomerados produtivos enquadrados no “2º e 3º momentos” (Scott, 1992: 109).

Contudo, a passagem de um momento de crescimento para o outro nem sempre acontece sem crises económicas e períodos de readaptação produtiva, onde se poderá colocar em causa o próprio processo de expansão da cidade.

Por exemplo, do 2º para o 3º momento de crescimento dos sistemas urbanos, o qual em termos temporais corresponde ao início e decorrer da década de 70, vigorou um período de crise e ruptura nas sociedades ocidentais o que correspondeu a uma crise estrutural do capitalismo fordista, acelerada por perturbações no domínio energético, e a uma mudança no modo de regulação. Esta crise conduziu à designada "crise urbana" ou ao "declínio urbano".

O declínio de cidades quer da Europa quer da América coincidiu portanto com um período de instabilidade económico-social que apelava a um debate sobre o futuro das cidades: “a questão era se elas deveriam e poderiam ser salvas” (Judd e Parkinson, 1990: 13).

De um lado da polémica estavam aqueles que defendiam a impossibilidade de contrariar a lógica das forças de mercado, as quais conduziam determinadas cidades para o declínio⁹ coincidente com situações de degradação física, moral e mental dos indivíduos que nelas habitam (Judd e Parkinson, 1990: 13). Como refere Law (1996) “a história do período desde a revolução industrial é uma série de vagas inovadoras de novas indústrias. À medida que estas indústrias surgem, a estrutura industrial altera-se e as velhas indústrias entram em declínio”. O declínio das cidades é coincidente com a crise no sector industrial ou com o seu processo de mutação (aumento da mecanização e automação). Em consequência, não será de estranhar que, as cidades mais afectadas sejam fundamentalmente cidades industriais (consoante a indústria) e portuárias (declínio da indústria naval).

Do outro lado estavam aqueles que consideravam inaceitável o abandono de uma política que preconizasse a reconversão e reabilitação/dinamização dos sectores produtivos quer em determinadas regiões quer nas áreas metropolitanas. Entre os autores que perfilhavam esta posição distinguimos Barekov, Rich & Warren (1981) os quais advogavam que a não definição de políticas que contrariassem o processo de decadência das cidades conduziria "a uma forma de darwinismo social com consequências perniciosas, para os indivíduos e para as classes sociais". Autores como Bluestone e Harrison adoptam a mesma linha de pensamento alertando para o pernicioso impacto social que o fecho de instalações fabris teria nas comunidades locais (in Judd e Parkinson, 1990: 13).

Já no decorrer da década de 80, com o início do processo de reestruturação da economia, verifica-se uma paragem do declínio económico num número significativo de cidades da Europa e da América e estabelece-se, em paralelo, o início do processo de reconstrução destas cidades (Judd e Parkinson, 1990: 14). De facto, ao contrário do que sucedeu durante o período de crise dos anos 70, as tendências centrífugas originadas em particular a partir das grandes metrópoles com a desurbanização (saída de actividades e residentes para cidades de média dimensão e mesmo espaços rurais) ocupam agora um peso relativo menor face às tendências de sentido oposto: a (grande) cidade torna-se de novo atractiva, inicia-se em muitos casos uma fase de re-urbanização¹⁰ (Borg, 1991: 26), re-metropolização, em suma, "a cidade está de regresso" (Bailly, Jensen-Butler, Leontidou, 1996; in Ferrão, 1997: 22), atribuindo aos processos de desurbanização de há 20 anos um carácter sobretudo conjuntural.

Este processo de reconstrução económica conduziu a que na actualidade o campo de discussão se centre menos em questionar se determinadas cidades "antigas" vão ou não "sobreviver" e mais em reflectir sobre as circunstâncias que possibilitarão às ditas cidades a adaptação às mudanças da economia mundial e à nova hierarquia internacional urbana. Convém salientar que as circunstâncias em causa são múltiplas, uma vez que as cidades do mundo civilizado ocidental se têm vindo a ajustar de diferentes formas à economia global dos anos 80 e 90.

Nestas últimas duas décadas, o turismo tem-se vindo a afirmar enquanto componente central no sistema mundial de cidades, integrando-se num processo dinâmico que vai do fordismo para o pós-fordismo, do desenvolvimento industrial para uma forma informal no modo de desenvolvimento, do modernismo para o modernismo radical, da modernidade para a pós-modernidade, e da internacionalização para a globalização. "Na cidade a unidade previamente imposta por uma economia assente na manufactura desapareceu e a própria cultura urbana tornou-se uma mercadoria" (Judd e Fainstein, 1999: 261). Pelo que foi dito, pensar o turismo e compreendê-lo envolve a consideração de conceitos como pós-fordismo, pós-modernidade e globalização.

A ascensão do novo regime de acumulação, o pós-fordismo, conduz as cidades, e nomeadamente as metrópoles¹¹, a assumir não só um significativo valor económico mas também um substancial valor sócio-cultural devido à multiplicidade de funções específicas que oferecem quer a residentes quer a turistas.

A pós-modernidade reforça a base económica das transformações culturais, reconhecendo um papel determinante à tecnologia e ao conhecimento, a primeira enquanto propiciadora da gestão de um grande volume de informação disponível, o

segundo enquanto pré-requisito para aceder à informação, emprego e riqueza. Paralelamente acentua o reforço de três processos, nomeadamente o fascínio pelo consumo, a mercadorização e a divisão social.

Ao associar pós-modernidade aos lugares, Urry (1995) diz-nos: “Primeiro, os lugares estão cada vez mais a ser reestruturados como centros para o consumo, enquanto providenciam o contexto para os bens e serviços serem avaliados, comparados, comprados, utilizados. Segundo, os lugares são em certa medida consumidos, nomeadamente numa vertente visual. Especialmente importante neste aspecto é a provisão de vários tipos de serviços a ser consumidos quer por visitantes quer por residentes locais. Terceiro, os lugares podem ser literalmente consumidos: aquilo que as pessoas consideram importante num lugar ... é através do tempo esgotado ou devorado através do uso. Quarto, é possível para as localidades consumirem a sua identidade de modo a que os lugares se tornem todos literalmente consumíveis (*all consuming*)” (Urry, 1995: 1-2; in Page e Hall, 2003: 33).

Aliás é a criação de indústrias culturais enquanto fenómeno complexo e pós-moderno que caracteriza o “novo turismo urbano”; é simultaneamente a espacialidade/territorialidade destas transformações culturais e o impacto no utilizador e visitante da cidade que enfatiza a dinâmica cultural das sociedades.

Quanto à globalização associada aos espaços urbanos, e às cidades em particular, ela detém, na aceção de Spoonley (2000), dois grandes elementos distintivos. O primeiro tem a ver com o facto do processo de globalização produzir novas formas de actividade económica no seio da cidade e novas formas de distribuição da produção na paisagem urbana. O segundo, tem a ver com a globalização produzir ou reproduzir um capitalismo global multinacional/internacionalizado associado à standardização da produção e do consumo em muitos aspectos da vida moderna (in Page e Hall, 2003: 30).

A este propósito Serrão (1992: 22) salienta “é evidente que ao longo da história da humanidade as cidades sempre desempenharam este tipo de papel. O que existe de qualitativamente novo é a compreensão espaço-temporal que acompanha, e sustenta, os processos de globalização de uma sociedade que, para se desenvolver, depende em crescendo da capacidade de produzir colectiva e permanentemente mais informação, mais conhecimento, mais inovação: a mudança é cada vez mais rápida e os lugares estratégicos de decisão e comando são cada vez mais restritos”.

Neste contexto, cabe salientar o trabalho de Sassen (1991 e 1994; in Fortuna, 1997: 15), que contraria a tese da inércia da cidade e da sua tendência para o declínio, ao chamar a atenção para os efeitos regeneradores recentes que a globalização pode ter sobre alguns centros urbanos. Ressalta a capacidade das “cidades globais”¹² (Nova Iorque, Londres, Tóquio) em tirar partido dos processos de globalização, suplantando os seus constrangimentos e tornando-se centros nevrálgicos da alta finança, da tecnologia de informação, do comércio internacional, de investimento, do marketing e da administração multinacional e dos serviços de ponta e cidades, num *ranking* inferior, se assumirem como frentes marítimas, centros de manufacturas, etc. (S. Petersburgo, Baltimore, Buffalo, Hamburgo, Liverpool, Glasgow, Marseille).

No entanto, na aceção de Fortuna (1997: 16), “os critérios de Sassen são exclusivistas e, ao destacarem os poderes económicos, financeiros e tecnológicos como suporte das

«cidade globais», eliminam muitas outras possibilidades, nomeadamente de ordem cultural, que podem «globalizar» a cidade e torná-la dinâmica”.

Aliás, “os desenvolvimentos urbanos mais recentes não podem ser totalmente compreendidos no âmbito do Estado-Nação, uma vez que se relacionam com um sistema mais vasto: a sociedade global. O conceito globalização refere-se portanto aos “processos que tornam o mundo um único lugar”, os quais radicam, antes de mais, na convergência de mercados. Há pois, que entender a globalização como o resultado de um número crescente de fluxos culturais que alargam e penetram as fronteiras do Estado-Nação. A estruturação espacial do sistema global reflecte formas de organização institucional que vieram intensificar os intercâmbios internacionais. Estas formas de organização, que não se identificam com qualquer entidade nacional, situam-se, assim, na categoria do transnacional. A estrutura daqui emergente reflecte as relações que se estabeleceram, primeiro através do comércio colonial e, mais recentemente, através das organizações internacionais e das companhias transnacionais (Knight e Gappert, 1988; Moorcroft, 1987; Ritchae, 1991; Robertson e Lechner, 1985; Segal-Horn, 1989; Wallace, 1990; in Corijn e Praet, 1997: 137).

“É à luz deste processo que as cidades funcionam como pontos nevrálgicos com redes globais resultantes dos arranjos institucionais que se estabelecem entre organismos governamentais, industriais, comerciais e culturais. No entanto, o ritmo crescente da interdependência, internacionalização e da globalização, que fragiliza e corrói a soberania do Estado-Nação, é apenas um dos desenvolvimentos recentes observados na Europa” (in Corijn e Praet, 1997: 137). Esta interdependência está, na acepção de Judd e Parkinson (1990), intimamente associada “ao modelo de reestruturação da economia global e ao conseqüente *crumbling* (fraccionação) do sistema urbano herdado da cidade industrial que provocou a competição inter-urbana”.

1.2.3. Vocaçãõ turística das cidades e processo de turistificação

Até há pouco tempo, a "relaçãõ" entre "turismo" e "cidade(s)" estava associada a uma concepçãõ dominante que entendia as cidades fundamentalmente enquanto pólos de origem de turistas e interpretava a relaçãõ entre a urbanizaçãõ e a geraçãõ de procura turística como um resultado da adversidade do meio urbano. A agressividade e ritmos de vida mais desgastantes associados a este espaço, justificavam então necessidades de evasãõ e desejos de retorno à natureza.

Esta concepçãõ estruturou-se sobre estudos de vários autores entre os quais destacamos:

- na década de 50, o estudo de Sorre no qual se enfatizava a relaçãõ entre o estilo de vida urbano e a procura turística;
- na década de 60, a concepçãõ de Christaller, segundo a qual as correntes de turistas correspondiam a movimentos centrífugos originados nos centros urbanos e orientados para a periferia. Esta concepçãõ atribuía às cidades o papel de focos emissores de turistas em cuja envolvência se definiam bacias de recepçãõ (Mansfield, 1990; in Henriques, 1996: 41).

Neste contexto, não seria de estranhar deparar amiúde com frases tais como as de Michaud e Lévi, respectivamente:

“- partir em férias, é fugir da cidade”;

“- os turistas declaram partir para a praia/mar, para as montanhas, para o campo” (Clary, 1993: 315).

No entanto, em meados da década de 70, a concepção tradicional referida começou a alterar-se. As cidades passam a constituir-se também como pólos de atracção de turistas, como destinos turísticos.

Pearce (1987) "testemunhou" a emergência desta nova forma de conceber as cidades ao passar revista a um número significativo de trabalhos da década de 70 e 80 sobre a temática em questão. O autor em causa verificou que grande parte dos estudos tendem a aceitar que a cidade pode desempenhar, ao mesmo tempo, um lugar de destaque na emissão e recepção de turistas.

Autores como Miossec (1977) e Lundgren também salientaram a importância das cidades na emissão e recepção de turistas. Miossec adiantou um modelo que partia de um esquema centro-periferia no qual pressupunha que "a frequência e o volume dos fluxos recebidos decaía à medida que aumentava a distância ao foco gerador. Contudo, o autor fazia notar que, ao invés de se definirem coroas sucessivas de utilização turística cada vez menos intensas, o esquema estava sujeito a diversas deformações (...). Entre as deformações referidas o autor destacava as que se relacionavam com os espaços urbanos (...) as cidades, enquanto pontos fortes do espaço cognitivo, estavam em melhores condições para vencer o efeito distância" (in Henriques, 1996: 43-45).

Ainda relativamente à investigação de Pearce (1987), ela possibilitou o gradual abandono de visões simplistas do funcionamento do sistema turístico à medida que levava ao reconhecimento de que os fluxos de turistas definem uma arquitectura complexa (in Henriques, 1996: 43).

Um dos estudos, a que Pearce (1989) faz referência, é o levado a cabo pela Comunidade Europeia na década de 80, exactamente pelo facto de pôr em relevo a importância da cidade quer como pólo emissor quer como pólo receptor de clientelas turísticas (in Henriques, 1996: 42). O reconhecimento é de que “desde os anos 80, o turismo urbano conhece um interesse renovado e um crescimento apreciável. Ele beneficia de vários factores combinados tais como o movimento de revitalização dos centros históricos das cidades, do alargamento e da diversificação das práticas culturais, do interesse marcado pelos consumidores pelo património e urbanismo, da procura de animação e oportunidade de fazer compras” (CE, 1999).

A importância da cidade enquanto pólo emissor fica demonstrada através da verificação de que a taxa de partida para férias aumenta de acordo com os seguintes aspectos:

" - dimensão do aglomerado de residência habitual;

- número de períodos de férias realizados no decurso do ano" (CE, 1999).

A importância da cidade enquanto pólo receptor poderá ser percebida através da análise da estrutura da procura turística internacional gerada no conjunto dos estados da União Europeia (EU). Dados de 1990 evidenciam que o destino "cidades" constitui o 3º mais relevante no conjunto da procura gerada na UE. Porém, se pensarmos que a realização de circuitos (2º lugar) contempla, maioritariamente, estadas em cidades, o

papel das cidades na captação de turistas ganha ainda mais significado (praias (35%); circuitos (21%); visita a cidade (16%); montanha e desporto de inverno (11%); campo (10%); outros desportos (1%); outros (6%) (Geatte, 1993; in Henriques, 1996: 44).

Clary (1993: 315) aponta-nos ainda para valores mais optimistas: "60% a 70% dos turistas deixam a cidade por outra cidade, por mar, montanha ou campo interposto (e mediatizado), na medida em que procuram o reencontro com aquilo que eles crêem poder ser, pelo menos alguns dias por ano, um espaço convivial concebido com esse propósito".

O Eurobarómetro *Facts and Figures on The Europeans on Holidays* (1997 - 1998) (EC, 1998), no que respeita aos indivíduos europeus que fazem férias, evidencia que eles elegem prioritariamente o destino "praia"(63%), segue-se ex-aequo as "montanhas" (25%) e as "cidades" (25%), e por fim o "campo" (23%)¹³. Este documento evidencia a tendência dos europeus para viajar para as cidades. Dada a proximidade entre muitas cidades europeias, estão criadas as condições para o crescimento do turismo urbano que, nos finais da década, tende a ocupar a segunda posição.

De facto, está a assumir-se que as cidades constituem um tipo de destino turístico cada vez mais importante. Sheer na sua reflexão sobre os visitantes suporta a afirmação atrás feita:

- as cidades são caracterizadas por população elevada, embora atraindo correspondentemente elevados números de turistas que vistam familiares e amigos (VFR);
- a maior parte das cidades são *nodes* de viagem que servem *gateways* ou pontos de transferência para outros destinos;
- as cidades são pontos focais de comércio, indústria e finança;
- as cidades são concentrações de serviços relacionados com a saúde, educação, governos, religião, etc.;
- as cidades oferecem uma variedade de experiências culturais e artísticas (Blank & Petovich, 1987) (in Page, 1995: 44).

A importância deste tipo de destino é cada vez mais evidente se considerarmos que o turismo urbano, nas grandes cidades, apresenta segundo Bote (1995) um peso de 4% no VAB e no emprego (in Menero, 1997: 3). Paralelamente, o turismo tende a aparecer como um eixo estratégico de uma política de gestão urbana que se deve propor e combinar com uma oferta competitiva visando encontrar as expectativas dos visitantes e contribuir para o desenvolvimento da cidade e do bem-estar dos seus habitantes.

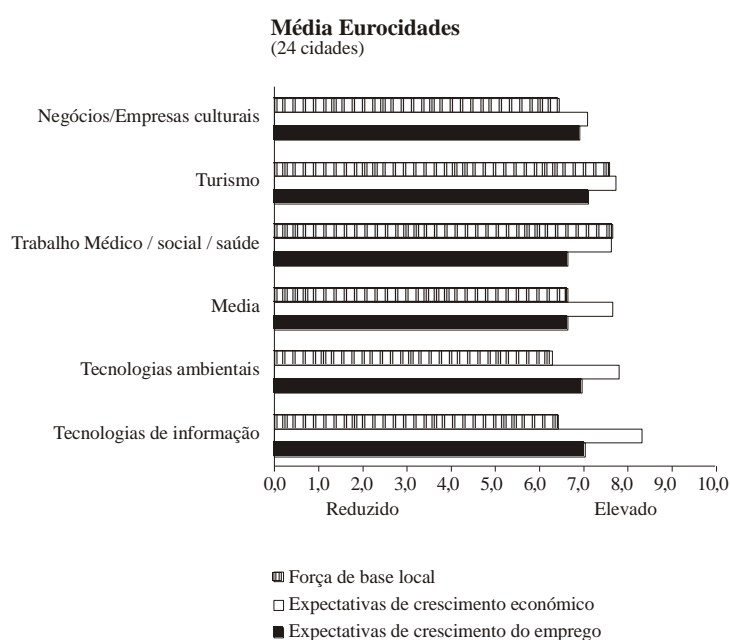
Um estudo comunitário, *Urban Regeneration Policy in the European Union* (EC, Eurocities/EDURC, 1997: 6), reflectindo sobre o crescimento económico em cidades da União Europeia, evidencia taxas de crescimento médio - entre 1995 e 2001, compreendidas entre 1.2% (Dusseldorf) e 5% (Dresden) - Lisboa situa-se nos 3.5%. Em paralelo, na grande maioria das cidades analisadas, as expectativas de crescimento, eram superiores às expectativas de crescimento a nível nacional (para Portugal eram de cerca de 3%), evidenciando a importância que as cidades detêm na estrutura produtiva europeia.

No que respeita às expectativas de crescimento dos diferentes sectores, aqueles que revelam taxas (de crescimento) acima da média (europeia), por ordem decrescente são respectivamente: "tecnologias de informação", "telemática", "tecnologias ambientais e

de serviços“, “*media*“, “trabalho médico/social/saúde“, “turismo“, “negócios/empresas culturais“, “educação“, “serviços privados“, “química e biotecnologia“. Quanto às taxas abaixo da média elas estão afectas aos “transportes“, “serviços financeiros bancários“, “retalho“, “construção“, “artesanato“ e “administração pública “ (EC, Eurocities/EDURC, 1997).

O “turismo” e “negócios/empresas culturais“ nas cidades da União Europeia emergem entre os seis sectores identificados como os mais representativos em termos de “expectativas de crescimento económico”, “expectativas de crescimento de emprego” e em termos de “força de base local”, facto que deixa reforça as expectativas de ascensão do turismo cultural urbano (EC, Eurocities/EDURC, 1997) (fig. 1.6).

Figura 1.6. – Expectativas de crescimento dos seis sectores de actividade mais dinâmicos das cidades

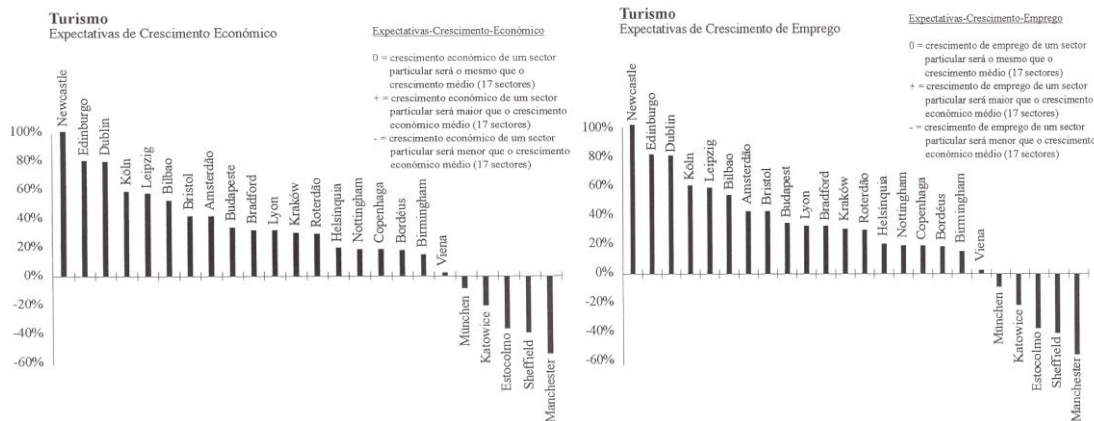


Fonte: Adaptado de EU/Eurocities EDURC (1997:10)

Fonte: Adaptado de EU/Eurocities EDURC (1997: 10)

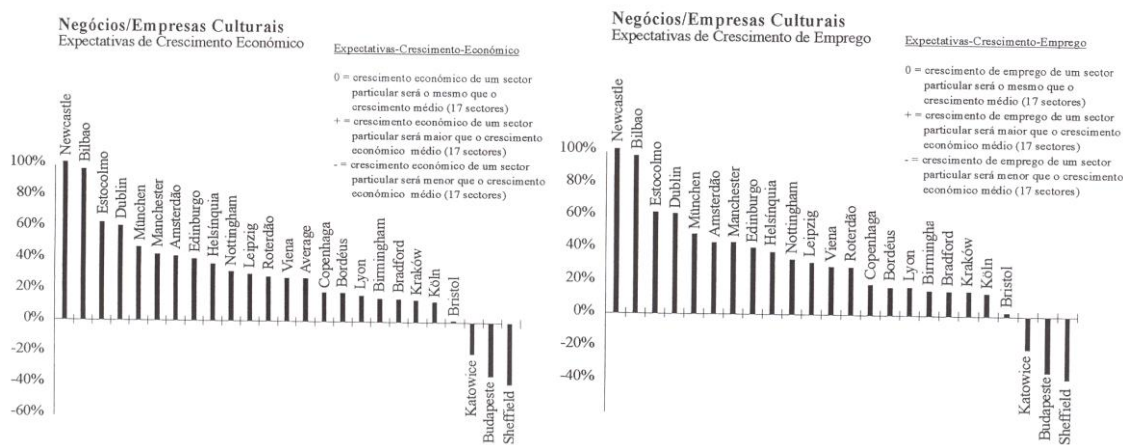
Adicionalmente, num número significativo de cidades (a maioria), as expectativas de crescimento do sector turístico e do emprego a ele afecto são superiores às expectativas de crescimento para a média dos sectores¹⁴. Também em termos de “negócios/empresas culturais” existem cidades onde as expectativas de crescimento económico e de emprego são superiores à média de crescimento económico (do conjunto de sectores em dada cidade) (Newcastle, Bilbao, Estocolmo) (fig. 1.7 e 1.8).

Figura 1.7. – Expectativas de crescimento do sector turístico e do emprego



Fonte: Adaptado de EC/Eurocities EDURC (1997: 12)

Figura 1.8. – Expectativas de crescimento do sector cultural e do emprego



Fonte: Adaptado de EC/Eurocities EDURC (1997: 14)

Para o futuro, a European Travel Commission (ETC), num documento designado *Megatrends of Tourism in Europe - to the year 2005 and beyond* (www.etc-europe-travel.org), identifica um conjunto segmentos turísticos com potencialidades acrescidas de crescimento. Entre os segmentos enunciados está presente o das visitas aos centros históricos (*city-centre visits*), especialmente associado a eventos desportivos e culturais, onde as viagens de curta duração ganham proeminência.

Turistificação da cidade

A partir do momento em que as cidades ganham a potencialidade de "não deixar fugir os seus habitantes" (Clary, 1993: 315) como também de atrair visitantes estão criados os alicerces para se constituírem enquanto destinos turísticos. É o encontro do "prazer na cidade", através do reconhecimento de que a cidade é feita pelos homens e para os homens.

Uma cidade, espaço complexo de integração de múltiplas actividades económicas, não dependente, portanto, de uma única indústria, oferece ao indivíduo consumidor um vasto "menu" de possibilidades de emprego e de escolhas, assim como oferece uma variedade de experiências sociais e culturais que uma pequena localidade não poderá suportar. Ter como exemplo, as múltiplas instituições que oferecem cuidados de saúde especializados, educação, segurança social e a proliferação de eventos no âmbito da música, da arte, da dança, do desporto, entre outros. Com efeito, é nas cidades que os elementos patrimoniais e empresariais mais se avolumam e a criação artística e dinâmica de negócios adquire mais intensidade e projecção; é pois compreensível que o turismo cultural e o turismo de negócios encontrem nelas alvos privilegiados.

O aumento da actividade turística nas cidades não tem origem apenas no crescimento dos segmentos de procura turística cultural e de procura turística de negócios, entre outros. As políticas urbanas, com especial ênfase para o marketing da actividade turística e planeamento urbano, também contribuíram para esse aumento. O facto compreende-se se pensarmos que, como refere Henriques (1996a: 59), “o turismo surge como um dos caminhos possíveis para a inversão do processo de declínio em que caíram muitas cidades nos anos 70 (em consequência da desindustrialização e dos problemas de desemprego, deterioração das condições de vida e do ambiente urbano, criminalidade, etc., que lhe sobreviveram), afigurando-se ainda como uma das soluções mais promissoras para a dinamização dos centros urbanos periféricos, pouco tocados outrora pelas vagas de industrialização e excluídos das áreas de maior crescimento económico”.

Partilhando a mesma perspectiva, mas valorizando o papel do turismo cultural, Broadway (1997: 27) salienta que, nos últimos anos, aquele tipo de turismo tem sido utilizado pelos planeadores da cidade como um meio de regeneração urbana. Estas considerações podem ser articuladas com o conceito de ciclo de vida da cidade ou ciclo de vida urbano de que nos falava Oliveira das Neves (1996).

Perante esta ordem de reflexões somos conduzidos à assumpção de que o desenvolvimento do turismo na cidade não deverá ser dissociado da adaptabilidade da cidade a novas condições da economia pós-industrial ou pós-fordista. O maior peso do turismo entre as funções urbanas é pois notório quer através do aumento que gera no emprego associado aos serviços turísticos quer através da sua maior influência na paisagem e no uso do solo, domínios em que as mudanças suscitadas pelo desenvolvimento do turismo e os seus reflexos na requalificação imagética e valorização funcional da cidade são cada vez mais expressivos.

Neste contexto, é comum ver a emergência do turismo na agenda económica de muitos centros de cidades por parte das autoridades locais. “Há muitas razões para tal incluindo a necessidade de substituir indústrias tradicionais, pressão de desenvolvimento económico por parte do governo central, os efeitos de novas formas de governo urbano, e o pragmatismo a substituir a ideologia política aos níveis nacionais e locais” (Tyler, 1998).

“Alguns dos exemplos mais expressivos desta conquista recente do espaço urbano pelo turismo residem nas medidas de reconversão das frentes ribeirinhas, largamente difundidas na Europa e um pouco por todo o mundo nos últimos anos. Londres,

Roterdão, Génova ou Barcelona”... (e recentemente Lisboa) ... “fornecem bons exemplos destes processos; em todos elas se procedeu à transformação de largos hectares de solo afectado às funções portuárias, de uso já muito extensivo, em novos espaços para fruição lúdica e consumo, promovendo a localização de novas actividades e a criação de uma paisagem inovadora e de elevado valor cénico. Nos locais onde ainda há uma dezena de anos se erguiam armazéns semi-arruinados, gruas, terminais de mercadorias e estabelecimentos industriais que sobreviviam com dificuldade, encontram-se hoje hotéis e residências de qualidade, lojas de comércio especializado, vastas áreas de restauração, salas de espectáculo e museus” (Ferreira, 1997).

As medidas de reutilização para fins lúdicos e culturais de antigas áreas industriais e equipamentos (prisões, quartéis, hospitais, centrais termo-eléctricas, estações de caminho de ferro ...) dispersos no tecido urbano, entretanto tornados obsoletos com o progresso técnico ou seja cuja localização não se revela já ajustada à função inicial, são outras acções que, embora de menor dimensão, assentam numa filosofia semelhante e constituem igualmente evidências daquilo que se poderia denominar, retomando a terminologia de Dewailly e Flament (1993), por “turistificação” da cidade, isto é, a apropriação do espaço urbano pelo turismo. Normalmente este tipo de intervenções impressionam menos do que as operações de reconversão das frentes ribeirinhas, já que as mudanças funcionais e paisagísticas introduzidas e os montantes financeiros envolvidos são em regra de menor magnitude. O exemplo de *La Villette*, em Paris, continua a ser contudo o mais interessante, não só pela sua envergadura mas também pelo sucesso dos resultados obtidos.

Nalgumas das situações anteriores, a “turistificação” urbana fez-se acompanhar pelo alargamento do valor de património a novos elementos e áreas da cidade, tais como os testemunhos da arquitectura do ferro e do *modern style* (fábricas, estações de caminhos de-ferro, mercados, ...) entretanto valorizadas por novos usos.

Para além da revitalização das zonas ribeirinhas e da valorização patrimonial de determinados elementos arquitectónicos, também se verificou um factor muito importante que estreitou de forma mais intensa as relações entre o turismo e o património. Esse factor consiste na preocupação com a revitalização/regeneração da cidade histórica ou dos centros históricos.

A “turistificação” de determinadas áreas também comporta vários aspectos negativos, entre os quais se salienta os impactos na vida dos residentes. Esses impactos podem prender-se com a degradação cultural que pode provir do confronto de culturas, com problemas de congestionamento, diminuição de qualidade de vida, entre outros.

Nesta linha de pensamento, fará sentido referenciar uma tipologia de destinos turísticos urbanos, onde está presente a riqueza patrimonial, histórica e cultural das cidades assim como a sua riqueza em termos de prestação de serviços vários:

- cidades capitais (Londres, Paris, Nova Iorque) e capitais culturais (Roma);
- centros metropolitanos, cidades históricas dentro de muralhas (Canterbury, York) e pequenas cidades;
- grandes cidades históricas (Oxford, Cambridge, Veneza);
- áreas no centro das cidades (Manchester);
- revitalização de frentes de rio (Docas de Londres, Sidney Darling Harbour);
- cidades industriais (Bradford);

- *resorts* marítimos e de desportos de inverno (Lillehammer);
- complexos de diversão turísticos (Disneylândia, Las Vegas);
- centros de serviços turísticos especializados (Lurdes);
- cidades de arte/culturais (Florença)" (Page, 1995: 16).

Também Judd e Fainstein (1999: 262) avançam com três tipos básicos de cidades turísticas:

- cidades-resort (*resort-cities*) (lugares expressamente destinados para o consumo de visitantes),
- cidades históricas turísticas (*tourist-historic cities*) (detêm uma identidade cultural que os turistas podem usufruir. Muitas destas cidades constituem-se como locais de turismo desde há muito tempo, outras desenvolveram programas de promoção e reconstrução do património que as transformaram em lugares de turismo),
- cidades reconvertidas (*converted cities*) (construíram infraestruturas com o propósito de atrair visitantes. É o caso de cidades tradicionalmente associadas à manufactura e infraestruturas portuárias, que podem ser adaptadas ou reconvertidas para novos usos e com *facilities* especificamente construídas para os turistas).

1.2.3.1. Cidade global e emergência do turismo

O processo global de acumulação de capital está mediatizado pela re-avaliação e mercadorização de espaço urbano ao nível local. A articulação entre o processo global e local (cidade) tende a revestir-se de múltiplas formas. Urry (1990; in Chang, Milne, Fallon, Pohlmann, 1996: 286) descreve-a em termos geográficos através do conceito de “divisão global do turismo”. A proposição básica é de que a desindustrialização crescente, melhoria nos transportes e redes de comunicação, expansão da economia de serviços, e a própria globalização do turismo conduziram diversos países a enfatizar a actividade turística em segmentos específicos (por exemplo: o Reino Unido especializou-se no turismo patrimonial, a Suíça no turismo de férias de montanha, a Tailândia em aventuras exóticas, etc.). A especialização conduz a que as áreas de destino capitalizem recursos locais e acentuem identidades únicas no contexto de um sistema económico globalizado e de uma cultura global.

Uma outra tentativa em integrar o global e o local gira à volta do conceito de Poon (1988, 1989, 1993) de “novo turismo”. Ela diz-nos que a indústria do turismo internacional desenvolveu uma transformação através da combinação de aspectos globais e locais. Enquanto a forma passada da indústria é considerada massificada, standardizada e colocada em pacotes rígidos, a (nova) forma emergente baseia-se na flexibilidade, segmentação e integração diagonal. À escala global, a difusão da tecnologia de informação cria problemas ambientais, modifica modelos de lazer e trabalho (in Chang, Milne, Fallon, Pohlmann, 1996: 287).

Na sua tentativa de se especializarem turisticamente, muitas cidades enfatizam os seus recursos patrimoniais e culturais com a intenção de aumentar o seu perfil competitivo. A conservação do património apresenta a imagem da cultura urbana e de sofisticação. De acordo com Robbins “mesmo nos lugares com mais desvantagens, o património ou seu simulacro, pode ser mobilizado para ter uma vantagem competitiva na corrida entre os lugares” (in Law, 1994). Embora todas as áreas urbanas sejam destinos histórico-

turísticos a diferentes níveis (Ashworth e Tunbridge, 1990), eles são heterogêneos em estrutura e função. As cidades embarcam em estratégias turísticas que têm que gerir de forma própria porque os factores locais tais como o património de edifícios interessantes, características da história e populacionais, assim como condições de mediatização tais como a imagem industrial desfavorável ou desordem social todas interagem no sentido de criarem diferentes resultados (Law, 1994).

No contexto de globalização económica as cidades podem ser compreendidas tendo em atenção duas abordagens a *top down* e a *bottom-up*. A primeira, *top down*, considera a homogeneidade das cidades turísticas compatível com a duplicação de zonas com frentes de rio, festivais, mercados e bairros de turismo histórico. Nesta abordagem conceitos como “Faneulization”, “Rousilization” (Zukin, 1982), “Americanização” e “Europeização” (Bianchini e Schwengel, 1991) no léxico do planeamento urbano servem para reforçar o conceito de homogeneização na regeneração urbana.

A abordagem *bottom-up* tende a centrar-se na descrição das formas e estruturas dos destinos urbanos sem entrar em debates sobre a internacionalização do capital e da cultura. Esta abordagem, de cariz largamente empirista, vê os lugares urbanos como únicos, mas o processo que delinea o desenvolvimento desta unicidade é deixado em larga medida à imaginação dos leitores. Estes estudos adoptam quer a abordagem de usos - *user approach* - que examina as acções e percepções dos visitantes quer a abordagem centrada nos actores *actor-centered approach* que descreve o papel das agências locais chave tais como o município, empresários, comunidades envolvidas no processo de desenvolvimento do turismo, entre outros.

Como nos diz Ashworth (1989: 34) “nas cidades o turismo era menos óbvio na medida em que constituía uma entre as várias funções integrantes da economia urbana” (...) “quer do lado da oferta quer da procura o turismo estava intimamente ligado com outras infraestruturas/equipamentos e actividades urbanas”. Sob estas acepções torna-se óbvio que Ashworth (1989: 35) proponha abordagens ao estudo do turismo urbano que considerem “o lugar do turismo como uma das funções num conjunto multifuncional” colocando o acento tónico sobre o turismo na cidade e não na cidade como fonte de procura recreacional de actividades localizadas para além das áreas urbanas. Este aspecto é de grande importância pois tem a ver com a natureza do fenómeno do turismo e apela para a necessidade de abordagens integrativas¹⁵.

a) Tipologias de cidades globais

As considerações delineadas compatibilizam-se com uma tipologia hierarquizada de cidades em função de elas estarem mais ou menos globalizadas. Conti e Spriano (1990) avançam então com a seguinte tipologia de cidades:

- classe de cidades superiores que dispõem de uma capacidade de comando global sobre o sistema europeu. Fazem dela parte Londres, Paris, Bruxelas, Amsterdão, Frankfurt, Roma, Copenhaga, Milão;
- classe de cidades que conhecem uma mutação positiva sobre o plano industrial e tecnológico. Esta classe subdivide-se em três escalas em que a mais elevada inclui Estugarda e Turim e a inferior inclui quatro cidades francesas Grenoble, Bordéus, Toulouse e Saint-Etienne;

- classe das cidades em transição industrial negativa devido ao respectivo potencial “sinérgico” ser quase inexistente e a sua vocação terciária ser frequentemente dominada por um sector tradicional. Para além de cidades como Dublin e Liège, figuram nesta categoria cidades portuárias como Marselha, Genes, Anvers, Roterdão;
- classe das aglomerações em crise estrutural com funções urbanas em declínio (Nápoles, Edimburgo) e com um potencial económico que permanece assente numa base industrial (Birmingham, Bristol, Nantes, Nancy) (in Bouinot e Bermils, 1995: 22).

Gault (1989) avança com outra classificação de cidades europeias estruturada em função da capacidade das cidades em atrair empresas multinacionais, atrair agências governamentais que operem no mercado internacional, deter centralidade nas redes de transportes e comunicações, deter importância na investigação e desenvolvimento, atrair instituições financeiras, atrair feiras internacionais e congressos, atrair e promover variedade de ocorrências culturais (in Ashworth e Voogd, 1990: 6).

Desta classificação (Gault, 1989) emergem três grandes grupos de conclusões. O primeiro tem a ver com a possibilidade de definição de um número de mercados distintos, nomeadamente o mercado cultural, o mercado financeiro internacional, o mercado de transporte de passageiros internacional. O segundo tem a ver com a possibilidade de delimitação de grandes “divisões” (*league*) de cidades. Dentro de cada “divisão” (*league*) a competição é forte mas não tende a haver competição entre cidades pertencentes a “divisões” (*leagues*) diferentes (por exemplo, assiste-se a uma “luta” entre Londres e Paris por ser “capital europeia”, mas não tende a verificar-se competição entre Londres e Veneza). O terceiro, e talvez o mais importante do ponto de vista do planeamento, põe em consideração o facto de determinadas cidades poderem estar numa posição acima ou abaixo da esperada em função do seu potencial populacional (in Ashworth e Voogd, 1990: 6).

Um Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário - E.D.E.C. (CE, 1997: 17) sugere a existência de três grandes categorias de cidades:

- as cidades globais - Londres, Paris possivelmente Berlim e mais uma ou duas - continuarão a atrair funções de alto nível, tais como sedes de empresas multinacionais, instituições financeiras internacionais e outros serviços comerciais;
- as “regiões metropolitanas” tais como a Randstad, o chamado “Diamante Flamengo” e a rede central da Bélgica, o Reno-Ruhr e o Reno-Main, Hamburgo, as West -Midlands - estão a reforçar a sua posição internacional através do desenvolvimento de especializações complementares nos diferentes centros de aglomeração urbana e do investimento na superação da desvantagem do seu passado industrial;
- as “cidades capitais” a maioria possui potencialidades próprias (especialmente capitais como Copenhaga, Estocolmo, Lisboa, Helsínquia, Madrid, Roma) enquanto algumas enfrentam desafios específicos associados à sua função de “portas” na EU (Viena e Helsínquia).

b) potencialidades e bloqueios

Tendo presente as tipologias atrás esboçadas somos então conduzidos à suposição de que as cidades para se integrarem nas classes de topo terão que ser possuidoras de determinados elementos. A este respeito salientamos as conclusões de um relatório sobre as dinâmicas urbanas na União Europeia, datado de 1992, onde se avança que as

idades que revelaram um melhor desempenho e reforçaram o seu papel económico foram aquelas que possuíam:

- base económica diversificada nos serviços e na indústria, particularmente nos sectores de alto valor acrescentado;
- forte desenvolvimento de capital humano com aproveitamento económico em sectores de alta tecnologia;
- instituições de produção e de difusão de conhecimento garantindo um fluxo de trabalhadores qualificados para os sectores avançados da economia;
- patamar elevado de qualidade de vida - cultural e ambiental - enquanto condição de atracção e retenção de mão-de-obra altamente qualificada e móvel;
- sistema de boas ligações económicas, físicas e de telecomunicações com as áreas mais dinâmicas da EU;
- capacidade institucional e local apta a identificar uma estratégia de desenvolvimento e a mobilizar recursos políticos, financeiros e pessoais adaptados a uma política de sucesso;
- capacidade de criação de coligações locais e alianças entre diferentes sectores como condição para o desenho e operacionalização de estratégias de desenvolvimento económico, e de dinâmica institucional, cultural e política (in Silva Lopes, 1997: 14).

Esta dinâmica passa necessariamente pela efectivação de algumas transformações. May (1994; in May e Bonamy, 1994: 3) salientou as seguintes:

- transformações na organização produtiva;
- transformações intra e inter cidades;
- transformações nas novas dinâmicas de localização dos serviços.

O referido reflecte as potencialidades e bloqueamentos que fazem avançar com dois cenários:

- no 1º, consideram-se os atributos de cidades competitivas, funcionando como verdadeiros motores de desenvolvimento económico-social. Cidades-nós que desempenham papéis activos no processo de globalização e que souberam potenciar recursos locais para implementarem estratégias de acordo com essas ambições;
- no 2º, estão muitos dos problemas que ocorrem quando o intento é resolver os estrangulamentos típicos das nossas sociedades. A condição periférica – geográfica e económico-social, de determinadas cidades acentua esses problemas (Silva Lopes, 1997).

1.3. TURISMO CULTURAL E ESPAÇO URBANO

1.3.1. Turismo e cultura

Segundo Ashworth (1995: 266) a relação entre turismo e cultura pode materializar-se de três grandes formas (por ordem decrescente de intensidade).

A primeira forma de relação entre turismo e cultura estabelece-se entre o turismo e a arte consubstanciada no designado “turismo de arte”. Aqui a cultura incorpora o seu significado original e mesmo popular, evocando a capacidade de uma elite erudita e sensível compreender e apreciar as grandes obras artísticas e civilizacionais. Nesta

relação a cultura pode ser utilizada como atracção ou actividade turística, sendo a arte vista como mais um elemento no vasto pacote de serviços turísticos que são oferecidos ao turista. Exemplos deste recurso cultural são os museus, as galerias de arte, os espectáculos de música, teatro, ópera, dança, entre outros.

A segunda estabelece-se entre o turismo e o património monumental assente no designado “turismo patrimonial/turismo de património”. A cultura assume aqui uma dimensão mais ampla incorporando para além das actividades artísticas, o património histórico construído. Esta definição abarca a historicidade transformada em património. Está subjacente a ideia de uma herança/património transferida(o) de uma geração para outra. Património é visto como parte da tradição cultural da sociedade. Em termos turísticos manifesta-se num *mix* de edifícios preservados, modelos morfológicos e paisagísticos de partes conservadas da cidade, assim como lugares associados a eventos e personalidades históricas. Estão incluídos conjuntos de edifícios preservados (exemplos: igrejas, casas típicas, castelos, vestígios arqueológicos) e também associações de lugares com acontecimentos históricos e personalidades (exemplos: reconstituição de uma batalha famosa, casa de Mozart, etc.). É nesta acepção de cultura que se pode falar de turismo cultural em espaço urbano, concebido a partir da ideia da concentração espacial de recursos.

A terceira estabelece-se entre o turismo e um lugar específico (turismo étnico), “turismo num lugar específico”. A atracção turística é entendida como o lugar tomado no seu todo, na sua totalidade, estreitamente associado ao designado “sentido do lugar” (atmosfera, gastronomia, folclore, exotismo, etc.). Esta relação tem subjacente uma acepção de cultura mais lata do que a anterior (2ª relação) o que expressa a tendência do conceito cultura se alargar a toda a espécie de manifestações e costumes, ao reconhecimento das particularidades, das expressões culturais de um povo.

No limite da relação turismo-cultura, chegaríamos à assumpção de que todo o turismo é cultural, “turismo é cultura” (Urry, 1994), pois qualquer deslocação de pessoas, por curta que seja, entre o lugar de residência e qualquer outro, satisfaz a necessidade humana de diversidade ao propiciar novos conhecimentos, experiências, encontros.

Embora turismo e cultura tenham sido vistos como esferas distintas na prática social desenvolvidos por grupos sociais distintos, as barreiras entre eles estão a dissipar-se em resultado de dois processos paralelos, nomeadamente o de “culturalização da sociedade” e o de “culturalização das práticas turísticas” (Urry, 1995) que convergem numa “cultura do turismo” presente nas sociedades actuais.

Cada vez mais a “viagem” faz parte da “nova ordem mundial da mobilidade” pós-moderna (Clifford, 1997; in Richards, 2001: 2). Cultura tem a ver com a interacção de pessoas observada através das relações sociais e artefactos materiais. Consiste em modelos contemporâneos, conhecimento e valores que têm vindo a ser adquiridos e transmitidos através de gerações. A cultura deverá ser vista como dinâmica: uma sociedade que não inclui novas ideias ou se adapte a novas condições está em perigo de retrocesso cultural.

Paralelamente, cultura deverá ser perspectivada tendo em consideração as suas formas. Segundo Mathieson e Wall (1982: 159) são três as formas de cultura que atraem visitantes:

- as formas de cultura inanimada, que não envolvem directamente a actividade humana (visitas a edifícios históricos e monumentos, compra de artesanato, ...);
- formas de cultura reflectidas na vida do dia a dia do destino, que constituem a motivação habitual do turista, que pretende observar as actividades habituais de lazer, sociais e económicas dos habitantes;
- as formas de cultura especialmente animadas e que podem envolver acontecimentos especiais, descrições históricas ou acontecimentos famosos (festivais de música, Carnaval, reconstituição de batalhas famosas).

O turismo cultural começa a ser reconhecido como uma categoria de produto turístico distinta nos finais dos anos 70, com o reconhecimento de que algumas pessoas viajavam especificamente com o objectivo de conhecer a cultura ou património de dado destino (Tighe, 1986; in Mckercher e Cros, 2002:1). É no entanto, só com a “fragmentação do mercado de massas nos anos 90 que o turismo cultural começa a ser reconhecido por aquilo que ele é: uma actividade de mercado, de elevado perfil (*high profile, mass market activity*)” (Mckercher e Cros, 2002:1).

Porém, avançar com uma definição de turismo cultural é difícil, como reconhecem investigadores vários. Dificuldade derivada da proliferação de definições de cultura, de turismo e da articulação entre elas.

O International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), na Carta de Turismo Cultural (1984), concebe turismo cultural como uma forma de turismo cujo objecto é, entre outros, a descoberta de monumentos e lugares. Ele exerce nestes últimos um efeito positivo na medida em que contribui - para satisfazer os seus próprios fins - para a sua manutenção e protecção. Esta forma de turismo justifica os esforços de protecção, conservação e manutenção devido aos benefícios económicos e sócio-culturais que produz para toda a população envolvida” (ICOMOS, 1993: 89). Porém, já à data, a Carta refere que, independentemente das motivações e justificativa de benefícios, o turismo cultural deveria ter em consideração os potenciais efeitos negativos e destrutivos que o uso massificado e descontrolado dos monumentos e lugares poderia acarretar.

A revisão e ratificação da Carta, em 1999, faz referência à necessidade de se estabelecerem mecanismos de reinvestimento das receitas geradas pelo turismo no processo de preservação/conservação, o que constitui um inegável passo em frente para a gestão da cidade histórica. “Um montante significativo das receitas derivadas de programas turísticos para locais de património devem ser afectados à protecção, conservação e apresentação destes espaços” (ICOMOS, 1999, artigo 5.3).

A OMT (1985) propõe uma definição ampla e outra mais restrita de turismo cultural. A mais ampla define cultura como toda a viagem que pela sua natureza satisfaz a necessidade de diversidade, de ampliação de conhecimento, que todo o ser humano traz em si. A mais restrita compreende a viagem por motivos unicamente culturais ou educativos (Baudrihay, 1997: 45).

O Cultural Tourism Research Project by European Association for Tourism and Leisure Education (ATLAS) avança com uma definição conceptual e uma definição técnica de turismo cultural. A primeira delas concebe turismo cultural como “o movimento de pessoas para atracções culturais fora do seu local normal de residência, com a intenção de compilar novas informações e experiências para satisfazer as suas necessidades

culturais”; a segunda como “o movimento de pessoas para atracções culturais específicas, tais como lugares de património, manifestações culturais e artísticas, de arte e drama para fora do seu local normal de residência”. A definição técnica põe a tónica na motivação subjacente à deslocação (in Richards, 1996: 24).

Richards (2000:72) especifica ainda, “turismo cultural abarca não só o consumo de produtos culturais do passado como também da cultura contemporânea ou modo de vida de um povo ou região. Assim, turismo cultural pode incluir tanto «turismo de património» (relacionado com artefactos do passado) como «turismo artístico» relacionado com a produção cultural contemporânea), «turismo étnico».

Na mesma linha de raciocínio, turismo cultural é percebido como compreendendo todas as visitas motivadas no todo ou em parte por interesse na oferta histórica, artística, científica (sentido estrito), mas também no “modo de vida” de uma comunidade, região, grupo ou instituição (sentido lato). É por isso que se diz que o papel da cultura é multifacetado, uma vez que cultura é simultaneamente um recurso, um produto, uma experiência, um *outcome*.

Também Pedrosa (1997: 299) considera que turismo cultural une “a ideia de viajar e visitar a um acto de conhecimento que nos é proporcionado pelo encontro directo e pessoal com as diversas expressões de cultura de um povo ou país”. Craik (1997: 121) considera que turismo cultural consiste em excursões frequentes a outras culturas e lugares para aprender acerca dos seus povos, estilos de vida, património e artes, representantes genuínos dessas culturas e dos seus contextos históricos”. Para Pelletier (1991: 5), turismo cultural “é, antes de tudo, o reencontro entre duas lógicas. Uma que desenvolve as capacidades de acolhimento e estadia, a outra que valoriza os conteúdos e descoberta, aprendizagem do lugar natural, do património e dos homens”.

As definições expostas deixam transparecer a dimensão educacional e experimental do turismo cultural assim como a ideia romanciada de cultura e da intercomunicação cultural, ou seja, deixam transparecer a importância da relação entre visitantes e visitados, encontro entre pessoas, lugares com memória e inspiração. Em simultâneo, deixam transparecer a ideia do aumento das actividades de lazer e do consumo cultural.

O desejo de cultura é cada vez maior. Seja uma cultura socialmente mais codificada e mediática, seja uma cultura reservada a círculos mais restritos. Pode-se então afirmar que a procura constante por novas práticas e expressões culturais (experimentalistas, não codificadas, transversais) se apresenta como uma reacção face à banalização social e outras face à excessiva mercantilização. “A mercantilização da cultura provoca uma rotação de 180º: da limitação elitista à completa massificação” (Gomes Domingues, 2000: 347).

Pelo que foi dito, será de supor que o turismo cultural seja perspectivado sob um enfoque triplo, ou seja, como a superação do turista consumista e da necessidade de evasão, como forma de unir os povos e como oportunidade de desenvolvimento económico para regiões sem a oferta clássica de evasão e diversão. Neste sentido “é uma alternativa à trivialização da viagem, ante a perspectiva meramente consumista de outras formas de turismo” (Baudrihayé, 1997: 45).

Numa perspectiva de síntese destacaríamos uma revisão das definições de turismo cultural levada a cabo por Bonink (1992) o qual identifica duas abordagens básicas (in

Richards, 1996: 270). A primeira é a “abordagem dos lugares e monumentos” que se concentra em descrever o tipo de atracções visitadas pelos turistas culturais, e está explicitamente relacionada com uma definição de cultura baseada no produto (esta abordagem é muito útil no contexto de uma investigação quantitativa de turismo cultural, uma vez que é relativamente fácil identificar, contabilizar e entrevistar os visitantes de atracções culturais; tende a ter uma visão estrita das actividades e motivações dos turistas culturais, porque circunscreve a análise a lugares específicos). A segunda abordagem é a “abordagem conceptual”. Apoiar-se em conceitos de turismo cultural (McIntosh e Goeldner, 1986; Wood, 1984; in Richards, 1996: 271) para evidenciar que as definições conceptuais, ao concentrarem a atenção no “porquê” e “como as pessoas vêem o turismo cultural”, podem revelar-se importantes para o conhecimento do fenómeno enquanto uma actividade. Aliás, a expressão de turismo cultural nos finais dos anos 80 já tinha disseminação a qual tendeu a ganhar projecção na década subsequente.

Destacariamos também uma revisão desenvolvida por Mckerchner e Cros (2002: 3), autores que inscrevem as definições de turismo cultural em quatro grandes categorias, nomeadamente definições derivadas da de turismo (*tourism derived*), definições motivacionais (motivational), definições experimentais/aspiracionais (experiential or aspirational) e definições operacionais (operational).

Mckerchner e Cros (2002: 6) salientam que as definições avançadas têm as suas debilidades, não porque sejam definições pobres, mas devido à quase impossibilidade de captar a essência do turismo cultural em poucas palavras. Daí que em vez de avançarem com mais definições, também elas incompletas, preferem contextualizar o turismo cultural num conjunto de domínios temáticos. Para os autores, turismo cultural envolve quatro elementos que deverão ser considerados quando se pretende precisar o que é turismo cultural: 1) turismo, 2) utilização de activos de património cultural, 3) consumo de experiências e produtos, 4) turista.

Cabe ainda salientar que a experiência turística numa área cultural está largamente dependente da forma como a visita está organizada¹⁶. Cabe também referir que a relação entre turismo e cultura, que pode ir da colaboração/parcerias à conflitualidade (para aprofundamento vidé Robison e Boniface, 1999), tem vindo a modificar-se em resposta a um conjunto de alterações não só no campo do turismo, mas fundamentalmente no campo da própria cultura.

No conjunto de alterações distingue-se a comercialização da cultura, a emergência dos designados produtos culturais, a reestruturação da produção cultural em indústrias culturais, um maior investimento por parte do governo na cultura acompanhado por crescente procura negocial, aumento do consumo cultural por uma significativa variedade de pessoas, e expansão de oportunidades de formação na produção cultural (in Craik, 1997: 113).

Um exemplo da mudança na definição do papel do turismo cultural na Europa é dado através do evento que é a Capital Europeia de Cultura¹⁷. O evento tem fundamentalmente dois objectivos: - tornar a cultura das cidades mais acessível a uma audiência europeia, e criar o quadro da cultura europeia como um todo (Corijn e Praet, 1994).

1.3.2. Turismo cultural e cidade

Se retivermos as relações que se entretencem entre turismo e cultura, adiantadas por Ashworth (1995), verificamos que todas elas têm uma maior expressividade no espaço urbano. Ou seja, a cidade, devido à multiplicidade de dinâmicas em interacção, compatibiliza-se com o avolumar de elementos de arte, de criação artística, de património e de vivências que contribuem para que o turismo de vertente cultural encontre nela um alvo privilegiado.

O maior número de equipamentos culturais, tais como teatros, galerias, museus, pavilhões multiusos, etc., nas cidades, fundamentalmente nas de grande dimensão, faz com que sejam alvo privilegiado do “turismo de arte”.

A constituição das cidades, enquanto centros de actividade económica e de residência desde tempos longínquos, compatibiliza-se com o acumular de um “capital cultural real”, de forma mais incidente, a partir da Época Medieval e do Renascimento. Com a posterior ascensão dos Estados-Nação modernos, as cidades continuaram a beneficiar da sua posição enquanto centros de património - “ricos com o tempo” - (Urry, 1994; in Ashworth, 1995). O facto propicia que se possam constituir como espaços de “turismo de património”.

A vivência da população em interacção com o espaço ao longo da história, as suas manifestações e representações culturais específicas fazem com que sejam um espaço de “turismo em lugar específico”.

A relação que pretendemos compreender de forma mais detalhada é a segunda, ou seja do “turismo de património” onde se valoriza a designada “cidade histórica” ou “centro histórico” constituído por núcleos/bairros históricos. O “turismo de património” constitui-se por uma série de atributos que está associada a artefactos do património valorizados pela comunidade. Neste sentido o património constitui um reflexo dos valores culturais dessa mesma comunidade, ou seja, é a imagem objectivada dos valores que uma comunidade humana persegue e consagra como sustentáculo da sua identidade.

”O património cultural, enquanto bem cultural de uma comunidade reflecte a identidade e unidade dessa comunidade, da qual se faz presença histórica, material e significativa. Nesse sentido é-lhe atribuída a função valorativa de bem em si mesmo, enquanto ele consigna o maior bem que a comunidade humana tem de si própria: aquilo que ela é” (Ribeiro, 1997: 87).

Para Ollagnon património é “um conjunto de elementos materiais e imateriais que concorrem para salvaguardar a autonomia e identidade do seu titular e a sua adaptação ao longo do tempo num universo variável” (Cuvelier, Torres e Gadrey, 1994: 129). Para Godard “a noção de património é uma construção social que tenta ultrapassar o «paradoxo da *indécidabilité* decisional» (o problema do valor de opção da restrição do domínio de escolha) para fundamentar uma tomada de decisão no domínio do desenvolvimento durável em presença da incerteza e irreversibilidade” (Cuvelier, Torres e Gadrey, 1994: 129).

Pode distinguir-se entre património tangível e intangível. Património tangível inclui todos os activos que tem materialização/corporização física dos valores culturais tais como cidades históricas, edifícios, lugares arqueológicos, paisagens culturais e objectos culturais, ou aspectos da propriedade cultural móvel (UNESCO, 2000).

Porém, o património só é cultural na medida em que pode ser conhecido e fruído pelas pessoas. Daí a necessidade de se tornar acessível ao público toda a riqueza que ele contém.

Para Ollagnon património organiza-se à volta de dois pólos: de um lado, o pólo sincrónico, o valor estratégico da adaptação do titular imediato e de outro lado, o pólo diacrónico, a transmissão do património às gerações futuras (Cuvelier, Torres e Gadrey, 1994: 129). As características do património são as seguintes:

- “- é uma noção relacional: um conjunto de elementos objectivos, mas também de relações entre estes elementos e os seus titulares ou utilizadores (actuais ou potenciais);
- é um produto da história: o património constroi-se, modifica-se continuamente. Ele é o produto da história;
- é uma estrutura, uma rede de relações entre os elementos que permite encontrar a boa resposta face aos condicionantes do ambiente. O(s) titular(es) alimenta(m) a adaptabilidade do património por inovação e aprendizagem. A variedade interna do património será portanto um critério de adaptabilidade;
- o património agrupa três tipos de bens: bens privados, bens públicos e bens comuns. Cada um destes bens: bens privados tem um ou vários titulares, geralmente diferentes que apelam a modos de gestão diferenciados. A gestão de um bem comum é a gestão patrimonial por excelência. Na óptica de desenvolvimento local, um determinado espaço, suportando uma diversidade de actividades, gerido, habitado, cuidado por uma determinada comunidade será o bem comum central da gestão patrimonial;
- o aspecto relacional e identitário permite dar outra dimensão ao sistema eco-social. Os agentes económicos e sociais que geram o desenvolvimento, os sujeitos tornam-se actores de jogos complexos” (Cuvelier, Torres e Gadrey, 1994: 129).

Na actualidade assiste-se a uma tendência para a “patrimonialização” (Gomes Domingues, 2000: 346) derivada de uma certa crise de identidade que as cidades territorialmente extensas, indiferenciadas e deficitárias de elementos de identidade e de ícones arquitectónicos, têm vindo a evidenciar.

A história ocupa então um lugar cada vez mais preponderante para o turismo, e mesmo que não atraia todo o tipo de turistas, ela capta interesse, nem que seja de forma indirecta.

Na aceção de autores como Pelletier (1991 : 5) há dois tipos de lugares históricos:

- lugares cuja função primordial é o turismo;
- lugares que são a resultante da história de uma região, de um povo, de uma cidade, da cultura de um dado país ou dos seus habitantes. Estes lugares atraem os visitantes embora não tenham sido forjados pelo desenvolvimento turístico. A cultura assim como o desenvolvimento não são produtos instantâneos. São o resultado da evolução e da maturidade. O turismo vem como um acrescento.

As cidades como destino turístico fazem parte do segundo tipo de lugares. O turismo urbano é então uma consequência indirecta da própria natureza da cidade e das suas qualidades ou atributos.

1.3.3. Turismo cultural e centro histórico

A distribuição espacial dos principais recursos culturais turísticos tende a estar concentrada fundamentalmente em cidades detentoras de vestígios medievais e renascentistas. A concentração de atracções culturais encontra-se então prioritariamente nas cidades capitais e cidades importantes que datem, pelo menos, dos séculos XIV e XVI. Como nos diz Ribeiro (1997: 84) “o atributo de maior valor para a definição da identidade de uma comunidade cultural são as suas origens. Daí que o segundo atributo funcional da significância da preservação da identidade seja a descoberta dessas origens e a preservação dos conteúdos culturais informativos da antiguidade da identidade cultural da comunidade (...). O atributo funcional da preservação da identidade histórica não é entendido aqui como a fixação material de acontecimentos históricos, mas como a fixação material de um momento do processo histórico interiorizado e representado materialmente, sempre religado como constituinte de uma unidade histórica”.

O fomento da actividade turística nos centros urbanos não se deve apenas ao redobrado interesse pelo património e pela cultura surgido do lado da procura. O lado da oferta também revela alterações, muitas delas desencadeadas pelo assumir de novas posturas ao nível das políticas urbanas e, mais concretamente, da crescente importância nelas dedicada à promoção da actividade turística. Esta afirmação compatibiliza-se com a de Ashworth (1995: 163), segundo o qual o processo cultural, no contexto do turismo, deve ter subjacente a ideia de que a cultura do país-hóspede ocorre no acto de receber turistas, onde visitantes e visitados interagem, e de que a cultura tende a ser vista, pelos produtores do turismo, como um recurso comercial, uma atracção.

Ashworth (1995: 163) considera “a cidade histórica como uma conceptualização de uma forma particular de fenómeno urbano, o qual deriva não só da antiguidade dos edifícios mas também da sua combinação”. Segundo o autor, a cidade histórica constitui-se por atributos que têm a ver não só com as características da forma urbana como também com a valorização de elementos constituintes dessa mesma forma. A valorização desses elementos pode expressar-se através da preservação de aspectos morfológicos seleccionados, ou mais amplamente, através de uma filosofia de conservação e de gestão do urbano, onde se pretende assegurar o bom funcionamento da cidade quer para os residentes quer para não residentes, consentânea com uma consciente exploração dos atributos históricos da cidade em referência.

Nas cidades históricas, os lugares e usos turísticos são construídos no âmbito da estrutura arquitectural e cultural pré existente, e os turistas misturam-se com os residentes e trabalhadores em vez de ficarem circunscritos a espaços especificamente construídos para essa matéria (Fainstein e Judd, 1999: 264).

O conceito de cidade histórica, através de um outro conceito que é o de património, pode relacionar-se com mercados específicos de consumidores. A ideia subjacente é de que existe uma procura interessada nos artefactos históricos urbanos reconstruídos.

Esta procura de património que pode ser actual ou opcional, pode ser justificada pela cultura nacional, por motivos educacionais, estéticos e comerciais, ou mais frequentemente uma mistura de todos eles. Embora a questão: Que património? raramente seja colocada, existe uma ligação entre os conceitos de cidade histórica e património e entre a conservação do centro urbano e o consumidor.

As cidades históricas, os centros históricos, têm no entanto estado frequentes vezes associados a sintomas de degradação e decadência, agravados ao longo de décadas de esquecimento e de fuga da população (com conseqüente empobrecimento das estruturas etárias e composição social). Porém, fundamentalmente a partir dos anos 80, pelas razões já atrás apontadas, assiste-se a um processo de revitalização resultante de uma interacção simbiótica entre os centros urbanos das cidades, a sua riqueza patrimonial e o turismo. O turismo passa então a funcionar, como factor de revitalização ou de abrandamento/inversão dos sintomas de degradação a que estas áreas estavam sujeitas.

Neste contexto, as cidades históricas e respectiva riqueza patrimonial são “criadas” ou “recriadas” pela activa intervenção dos sectores público e privado que, através de uma selecção conscienciosa do stock disponível de antiguidades, as “transformam” em património, ou seja, em recursos para a actividade turística. Para tal, recorrem a instrumentos legais e a práticas de planeamento onde está sempre presente a preocupação em conservar uma determinada interpretação do passado (Ashworth, 1995: 164). O objectivo é fazer com que o património histórico passe a ser entendido como um aspecto específico da oferta turística com potencialidades de captar um dado segmento da procura turística.

O crescente interesse dos turistas pelos valores patrimoniais, históricos e culturais veio contribuir para se dar ênfase às medidas de conservação e salvaguarda do património arquitectónico, promovendo não só o alargamento da sua área de incidência, dos monumentos ao conjunto do tecido urbano mais antigo, mas também a avaliação dos esforços nela dispensados - mais do que um custo social, este tipo de acções passaram a representar sobretudo um investimento; a atribuição de significado patrimonial àqueles conjuntos urbanos e o crescente cuidado despendido na sua preservação e valorização vieram acentuar, por seu turno, a atractividade e a utilização turística dos centros históricos.

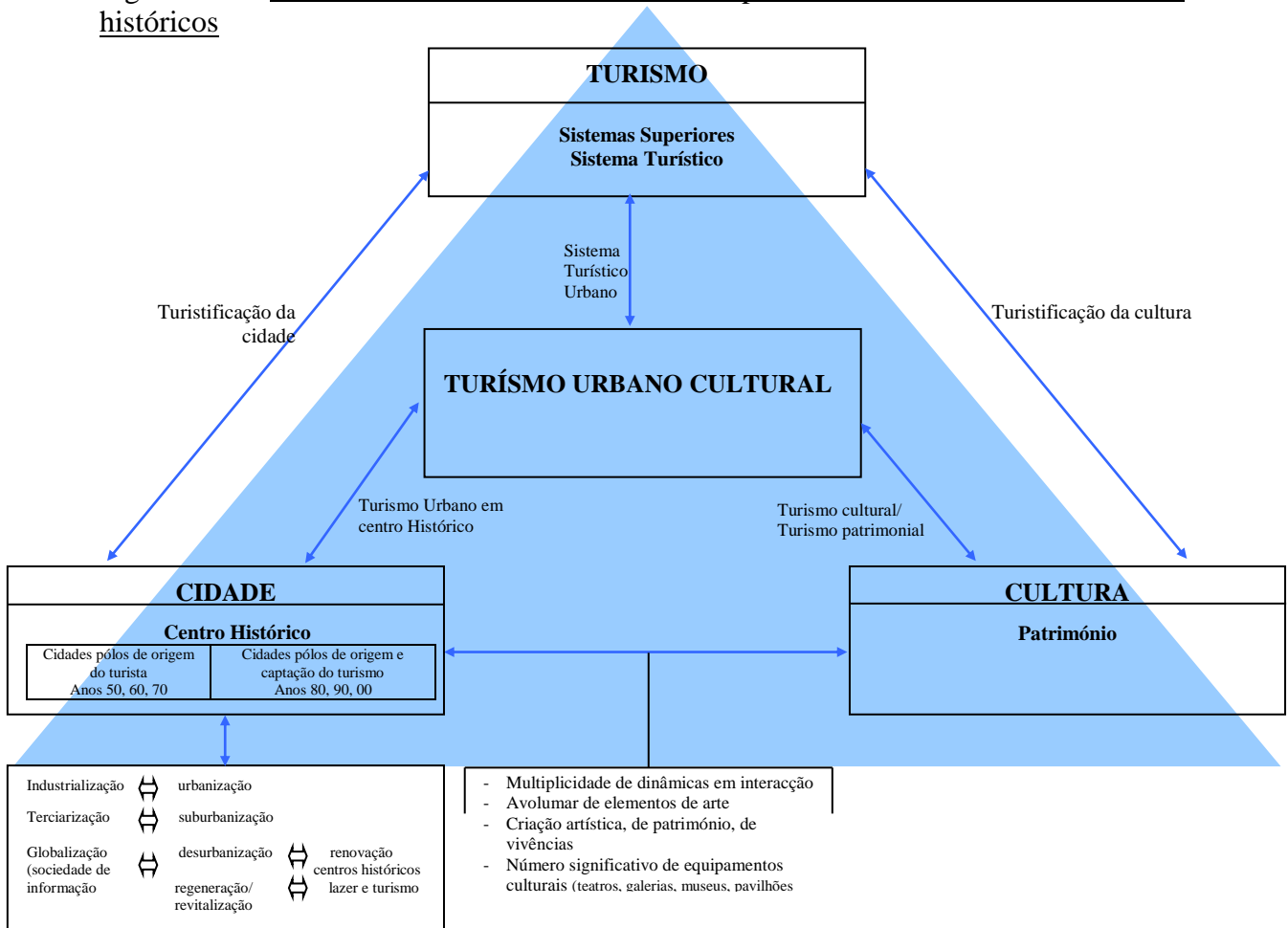
Conseqüentemente, muitas destas áreas da cidade passaram a usufruir de uma imagem mais favorável tornando-se simultaneamente objecto de novos investimentos, na sua maioria associados à instalação de funções estritamente relacionadas com o turismo. Salienta-se a abertura de lojas de recordações e artesanato, de restaurantes e cafés, de postos de câmbio, e até o próprio desenvolvimento de formas informais de animação trouxeram uma nova vida a muitos bairros históricos. Com o turismo vieram as acções de valorização e embelezamento paisagísticos, as obras de beneficiação e conservação dos edifícios, o investimento no mobiliário urbano e a melhoria das condições de circulação.

Os centros históricos devem considerar-se como realidades urbanas vivas e não como mera justaposição de partes ou um simples produto turístico. Vinuesa (2002: 16) diz-nos “a recuperação funcional dos centros históricos vinculada ao turismo ou à cultura deveria situar-se na busca de novos equilíbrios que, respeitadores dos valores

urbanísticos, culturais e funcionais da cidade do passado contribuíam para dar resposta aos problemas e necessidades do nosso tempo”.

Numa síntese conclusiva do capítulo diríamos que à medida que processos como turistificação da cidade e da cultura se vão intensificando, o turismo urbano cultural assume-se como uma realidade cada vez mais presente no espaço urbano (fig. 1.9).

Figura 1.9. – Turismo urbano e ênfase nos valores patrimoniais e culturais dos centros históricos



Fonte: Elaboração a autora

¹ Ao associar-se turismo a “actividades não lucrativas” ou a “actividades não directamente lucrativas” possibilita-se uma fonte de polémica, uma vez que, por exemplo, as visitas de estudo, as viagens por motivo de doença e as viagens de negócios deixariam de ser consideradas. Nesta ordem de ideias, embora alguns autores insistam em definições mais restritas que se aproximam da visão convencional de turismo, procurando sublinhar a componente recreativa/lazer e fazendo notar que reside aí a sua especificidade no seio das migrações humanas, generaliza-se, cada vez mais, a suposição de que uma das motivações principais das viagens são os “negócios e os motivos profissionais”

² Em 1963, em Roma, na Conferência das Nações Unidas sobre Viagens e Turismo “sai” uma definição adoptada em 1968 pela União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO) que mais tarde se tornou na Organização Mundial de Turismo (OMT) (in Gilbert, 1990: 8)

³ Deslocações de mais de 24 horas: todas as deslocações que compreendem uma noite pelo menos fora do seu domicílio principal. Deslocações diárias ou excursionistas: todas as deslocações com mais de 100 km efectuadas por outros motivos para além de um trabalho regular ou de saúde. O limite de 100 km permite distinguir as deslocações menos regulares, mais ocasionais das deslocações quotidianas (para mais detalhe sobre as definições e classificações avançadas pela OMT vd. Law, 1994: 21)

⁴ Os dois tipos de empresas considerados são: - tipo 1: empresas ou negócios que não podem sobreviver sem o turismo (companhias aéreas, hotéis, parques nacionais); - tipo 2: empresas que podem sobreviver sem o turismo embora sofram quebras nas vendas (restaurantes, taxis, atracções locais) (Cooper, Fletcher, Gilbert, Wanhill, 1993: 5)

⁵ Tempo livre é um conceito que nasce no século XIX, nos países desenvolvidos ocidentais. O tempo livre opõe-se ao tempo ocupado ou “obrigado”, que compreende as actividades de carácter obrigatório ou indispensáveis para a sobrevivência (tais actividades incluem compromissos de tipo laboral, familiar, doméstico, social e de tipo fisiológico). Groote (1989), por exemplo, assinalou no âmbito do tempo extra-laboral uma fracção de tempo realmente livre e uma outra de tempo semi-livre (destinado às necessidades biológicas e às obrigações domésticas, sociais, ...), um esquema próximo do que vem sendo seguido por outros autores (Dietvorst e Pater, 1988; Rodrigues, 1989; Gama e Santos, 1991). A identificação de um tempo realmente livre no âmbito do tempo extra-laboral aproxima-nos da noção de lazer. Dumazedier (1962) correspondia lazer à vivência da fracção de tempo efectivamente liberta das necessidades biológicas imediatas e das obrigações em geral. É esta perspectiva que tem captado a maior parte das definições de lazer propostas desde então (in Sirgado, 1990: 45-51)

⁶ A delimitação objectiva deste conjunto de práticas/ usos do tempo livre mostra-se difícil, o que tem provocado sucessivas abordagens relativamente divergentes quanto ao conteúdo e terminologia a adoptar. Assim, o conceito “tempo de lazer” (Fuster, 1967; Wahab, 1975; Michaud, 1983; Lozato-Giotart, 1987; Castelli, 1984) também aparece enquanto “tempo livre líquido/específico” (De Groote, 1989) e “tempo livre descritivo” (Mathieson e Wall, 1982; Pigram, 1983; Gomez, 1987; in Sirgado, 1990: 47)

⁷ O sistema funcional de Gunn, Gupta, e McIntosh é composto por diferentes componentes: 1) os turistas, 2) as atracções (fonte de motivação dos turistas), 3) os serviços turísticos (tem por função satisfazer os turistas: serviços de alojamento, de refeição, de comercialização e animação), 4) infraestruturas de base, 5) transporte de passageiros, 6) subsistema de informações e de direcção, 7) subsistemas dos mecanismos de produção e de comercialização (in Cuvelier, Torres, Grady, 1994: 24)

⁸ Vidé Bonello (1996) e Benevolo (1997), “História da Cidade”, editora perspectiva, 3ª edição, para aprofundamento da temática

⁹ O Presidente da Comissão da *National Agenda for the Eighties*, no relatório de 1980, recomendava que não deveriam ser accionadas políticas nacionais que protegessem as cidades do declínio económico: - “Será no interesse da nação promover políticas económicas e sociais neutras nas localidades em vez políticas urbanas espacialmente sensitivas que procuram preservar o seu papel histórico”. Paralelamente, a Comissão considerava que seria mesmo “perigoso”, para a boa saúde da economia, accionar as referidas políticas uma vez que estas iriam “condicionar ou inverter o processo de mudança” e os benefícios que daí poderiam advir (in Judd e Parkinson, 1990: 13)

¹⁰ A propósito da evolução das cidades, configurou-se ao longo das três últimas décadas um movimento composto por quatro grandes fases esboçadas claramente neste subcapítulo: 1) urbanização (crescimento das grandes cidades de localização central), 2) extensão suburbana/suburbanização (continuação do crescimento das grandes cidades mas concentrado em áreas periurbanas), 3) desurbanização (com perda de população em toda a zona urbana alargada), 4) reurbanização/revitalização (retoma do crescimento demográfico das grandes cidades) (Borg, 1991: 27)

¹¹ Para Angotti (1993: 31) a “metrópole é a expressão urbana de um novo e interrelacionado mundo”. Por conseguinte, “(...) quando hoje em dia nos remetemos para os problemas urbanos falamos geralmente de

problemas metropolitanos. Enquanto no século XIX, os problemas urbanos eram os problemas das cidades industriais"

¹² No "Cities in Evolution", "Geddes (1915) introduziu a expressão «cidade global» para designar o urbanismo atento ao prévio levantamento das condições e necessidades locais e regionais com base na reconstrução da vida política, social e cultural da cidade (Meller, 1990). Divulgado e expandido mais tarde por Hall (1966), o conceito cidade global encontra-se hoje enquadrado pelo processo de globalização dos fluxos económicos, culturais e de governação da era da flexibilização pós-fordista (Harvey, 1989)" (in Fortuna, 1997: 15). A cidade global, enquadrada na economia global, correspondendo à sociedade pós-industrial que coincide com o "3º momento" adiantado por Scott (1992)

¹³ Esta *survey* foi desenvolvida entre 12/10 e 16/11 de 1997 sob a coordenação do European Coordination Office in Brussels (INRA), Eurobarometer survey 48ª edição (vidé internet <http://europa.eu.int/comm/dg23>), Executive Summary, March 1998/ Comissão Europeia). São consideradas 24 cidades neste estudo: Desden, Leipzig, Dublin, Lisboa, Barcelona, Madrid, Helsínquia, Atenas, Utrecht, Birmingham, Paris, Cardiff, Berlim, Mainland, Londres, Estocolmo, Oslo, Amsterdão, Edimburgo, Glasgow, Lion, Bolonha, Frankfurt, Manchester, Copenhaga, Roterdão, Hamburgo, Estugarda, Estrasburgo, Lille, Munchen, Turim, Bordeus, Roma, Bruxelas, Marselha, Viena, Koln, Dusseldorf

¹⁴ A informação de que dispomos não permite comparar as cidades directamente. Um posição elevada no *ranking* para um dado sector de actividade de uma cidade expressa apenas uma maior expectativa comparada com as respectivas expectativas médias de crescimento (in EC, Eurocities/EDURC, 1997)

¹⁵ As abordagens propostas por Ashworth são respectivamente: 1) *facility approach* (abordagem infraestrutural), 2) *ecological approaches* (abordagem ecológica), 3) *user approaches* (abordagem de usos), 4) *policy approaches* (abordagem política). Neste contexto, Page (1995)avança três abordagens: 1) oferta de *facilities* turísticas nas áreas urbanas, 2) procura de turismo urbano, 3) perspectivas políticas sobre o turismo urbano

¹⁶ Considerando quatro formas de visita - viagem independente, propriedade de uma segunda casa no local, visitas repetidas, visitas organizadas - verificamos que as duas primeiras estão numa posição de mais facilmente possibilitarem um contacto mais aprofundado, enquanto as duas últimas tendem a possibilitar o desenvolvimento de uma experiência mais superficial

¹⁷ A ideia de designar uma cidade diferente cada ano como "Capital da Cultura" foi avançada em 1983 por Mercouri. A ideia foi adoptada pela Comunidade Europeia em 1985, com Atenas a ser designada a primeira Capital Cultural Europeia (in Corijn e Praet, 1997: 161). Capitais Europeias da Cultura: Atenas (1985), Florença (1986), Amsterdão (1987), Berlim (1988), Paris (1989), Glasgow (1990), Dublin (1991), Madrid (1992), Antuérpia (1993), Lisboa (1994), Luxemburgo (1995), Copenhaga (1996), Thelassaloniki (1997), Estocolmo (1998), Weimar (1999), Mega programa do ano 2000 envolve um conjunto de cidade (Santiago de Compostela, Avignon, Bergen, Bolonha, Bruxelas, Cracóvia, Helsínquia, Praga, Reiquiavique (2000), Porto em parceria com Roterdão (2001), Bruges em parceria com Salamanca (2002)